



GUINÉ-BISSAU

PRIMEIRA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO

Junho de 2023

No contexto da primeira avaliação da Facilidade de Crédito Alargada, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa.**
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI após as discussões concluídas em 22 de março de 2023 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI no âmbito da Facilidade de Crédito Alargada. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 27 de abril de 2023 com base na informação disponível na altura das discussões.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções das autoridades a nível de políticas nos relatórios do corpo técnico e noutros documentos publicados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Website: <http://www.imf.org>
Preço: 18 USD por exemplar impresso

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



O Conselho de Administração do FMI conclui a Primeira Revisão do acordo de Facilidade de Crédito Alargado a favor da Guiné-Bissau e aprova o desembolso de 3,2 milhões de dólares

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- Esta decisão do Conselho de Administração do FMI permite o desembolso imediato de 2,37 milhões de DSE (aproximadamente 3,2 milhões de dólares) para a Guiné-Bissau para ajudar a atender às necessidades de financiamento do país.
- O crescimento é estimado em 3,5% em 2022 e é esperado que melhore para 4,5% em 2023.
- O desempenho tem sido forte durante a fase inicial do programa. As autoridades continuam empenhadas em medidas de política sólidas e reformas estruturais, incluindo na gestão e governação orçamentais.

Washington, DC - Em 10 Maio de 2023, Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a primeira revisão do desempenho da Guiné-Bissau no âmbito do acordo de Facilidade de Crédito Alargado ([Extended Credit Facility](#), ECF) com duração de trinta e seis meses. O acordo ECF, com acesso total de DSE 28,4 milhões (cerca de US\$ 38,4 milhões no momento da aprovação, ou 100% da cota), foi aprovada pelo Conselho de Administração do FMI em 30 de janeiro de 2023. A conclusão da primeira revisão permite o desembolso imediato de 2,37 milhões de DSE (aproximadamente 3,2 milhões de dólares), para ajudar a atender às necessidades de financiamento fiscal e de balanço de pagamentos do país e apoiar a recuperação em curso. Isso eleva os desembolsos totais sob o acordo para DSE 4,74 milhões (cerca de US\$ 6,4 milhões). A decisão da Diretoria Executiva foi tomada por decurso de prazo.¹

O crescimento do PIB em 2022 é estimado em 3,5%, enquanto a inflação média aumentou para 7,9% em 2022. O crescimento foi afetado negativamente por menores exportações de caju e choques externos adversos, mas suportado por maior produção agrícola, projetos de infraestrutura e relativa estabilidade política. O aumento dos preços das matérias primas aumentou as pressões inflacionárias.

O desempenho do programa foi satisfatório. Com uma única exceção, foram alcançados todos os critérios quantitativos de desempenho para o final de Janeiro de 2023 e concluídas todas as medidas estruturais para o final de Março de 2023 da segunda revisão. Isso reflete a capacidade das autoridades de manter a estabilidade macroeconômica em um ambiente externo muito difícil com as repercussões da guerra na Ucrânia e condições financeiras globais mais restritivas, inclusive no mercado de capitais regional da UEMOA. O desempenho do programa deve melhorar a confiança do setor privado e dos doadores e catalisar ainda mais o tão necessário financiamento concessional.

No futuro, é fundamental garantir a continuação de políticas sólidas para manter o bom desempenho do programa. Isto implica uma consolidação orçamental credível que assegure a

¹ O Conselho de Administração toma decisões pelo procedimento de decurso de prazo quando é acordado pelo Conselho que uma proposta pode ser considerada sem convocar discussões formais.

sustentabilidade da dívida a médio prazo. A agenda estrutural foi concebida para fortalecer a governação e o reforço da eficiência do quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, melhorar a gestão dos recursos fiscais e do investimento público, aumentar a transparência, a prestação de contas, assim como combater a corrupção. As prioridades são o fortalecimento da administração e arrecadação de receitas, inclusive por meio da implementação da nova lei do IVA, e uma gestão mais eficiente da massa salarial apoiada por um novo censo de funcionários do setor público e a implementação de uma solução blockchain apoiada pelo FMI. É fundamental perseverar na ambiciosa agenda de reformas estruturais, especialmente no contexto das próximas eleições parlamentares, para colher plenamente o efeito catalisador do acordo ECF.

Guiné-Bissau: indicadores económicos e financeiros selecionados, 2020–28

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Est.	Proj.					
(Annual percent change, unless otherwise indicated)									
National accounts and prices									
Real GDP at market prices	1.5	6.4	3.5	4.5	5.0	5.0	5.0	5.0	4.5
Real GDP per capita	-0.7	4.1	1.2	2.3	2.8	2.9	2.9	2.9	2.4
GDP deflator	-1.0	2.7	7.3	5.6	3.1	2.8	2.8	2.8	2.8
Consumer price index (annual average)	1.5	3.3	7.9	5.5	3.0	2.0	2.0	2.0	2.0
External sector									
Exports, f.o.b. (CFA francs)									
Imports, f.o.b. (CFA francs)	-15.6	35.1	-14.3	26.8	11.7	4.5	4.6	4.7	5.4
Export volume	-9.9	9.7	22.2	8.5	2.3	5.7	4.7	5.4	6.1
Import volume	-3.9	-6.5	-10.1	-2.6	8.8	2.7	2.1	1.9	1.6
Terms of trade (deterioration = -)	2.0	1.5	-1.0
Real effective exchange rate (depreciation = -)	574.8	554.2	622.4
Exchange rate (CFAF per US\$; average)									
Government finances									
Revenue excluding grants	-5.5	22.7	3.4	15.4	13.0	9.8	10.2	10.0	8.5
Domestic revenue (excluding grants and one-offs)	33.8	8.9	-6.0	5.0	7.3	7.9	7.7	9.8	8.2
Expenditure	14.5	3.5	7.9	-5.8	4.7	6.8	8.0	8.2	6.6
Current expenditure	96.7	19.3	-28.8	31.9	11.9	9.7	7.1	12.6	10.6
Capital expenditure									
Money and credit									
Domestic credit	-1.7	18.5	24.2	8.2	10.8	9.5	6.3	5.9	5.9
Credit to the government (net)	-19.7	53.4	25.5	4.8	4.1	2.4	-6.2	-7.0	-6.2
Credit to the economy	5.9	7.3	23.7	9.8	13.8	12.4	11.0	10.0	9.0
Net domestic assets	-13.8	21.0	47.2	10.4	13.4	11.5	7.5	6.9	6.8
Broad money (M2)	9.1	21.2	2.9	5.8	7.1	6.4	5.7	6.1	6.1
(Percent of GDP, unless otherwise indicated)									
Investments and savings									
Gross investment	17.5	18.3	18.0	17.5	19.6	20.4	21.1	22.1	23.2
Of which: government investment	5.8	6.4	4.1	4.9	5.1	5.1	5.1	5.3	5.5
Gross domestic savings	3.3	7.6	1.1	3.3	7.5	8.5	9.6	10.8	12.0
Of which: government savings	-7.6	-5.5	-4.5	-2.4	-1.5	-1.2	-1.2	-1.1	-1.0
Gross national savings	15.0	17.5	9.1	11.2	15.2	16.2	17.0	18.1	19.2
Government finances									
Revenue excluding grants	11.4	12.8	11.9	12.5	13.0	13.2	13.5	13.8	13.9
Domestic primary expenditure	16.0	14.7	15.1	12.7	12.5	12.6	12.9	13.1	13.3
Domestic primary balance	-4.6	-1.9	-3.2	-0.2	0.5	0.6	0.7	0.7	0.7
Overall balance (commitment basis)									
Including grants	-9.6	-5.9	-5.8	-3.8	-3.2	-3.0	-3.0	-3.0	-3.0
Excluding grants	-13.6	-12.2	-9.2	-7.6	-6.9	-6.7	-6.4	-6.4	-6.4
External current account									
Excluding official current transfers	-2.6	-0.8	-8.9	-6.3	-4.4	-4.2	-4.1	-4.0	-4.0
	-5.7	-3.4	-10.8	-8.7	-6.8	-6.6	-6.2	-6.1	-6.0
Stock of public and publicly guaranteed debt¹									
Of which: external debt	77.7	78.8	80.5	76.4	73.9	71.6	69.4	67.5	66.2
	41.1	40.3	39.0	35.6	33.7	32.2	30.1	28.3	26.9
Memorandum items:									
Nominal GDP at market prices (CFAF billions)	875.2	956.3	1062.0	1172.0	1268.7	1369.5	1478.2	1595.6	1714.1
WAEMU gross official reserves (billions of US\$)	21.8	24.5	25.2
(percent of broad money)	33.2	30.2	30.6						

Fonte: Autoridades de Guiné-Bissau; and estimativas e projeções do FMI.

¹ Cobertura expandida para incluir os atrasados do legado.



GUINÉ-BISSAU

27 de abril de 2023

PRIMEIRA AVALIAÇÃO DO ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E PEDIDO DE DISPENSA PELO NÃO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. A Guiné-Bissau é um país frágil que enfrenta desafios significativos em matéria de desenvolvimento, tais como preservar a recuperação da pandemia de COVID-19, das perturbações a nível de aprovisionamento e do abrandamento económico mundial. Em janeiro de 2023, o Conselho de Administração do FMI aprovou um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) com acesso a 100% da quota (28,4 milhões de DSE). Com base nos resultados conseguidos no âmbito do SMP de 2021, o programa apoia uma consolidação orçamental credível para garantir a sustentabilidade da dívida a médio prazo. A agenda estrutural para reforçar a governação e o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) contribuirão para melhorar a gestão dos recursos orçamentais e do investimento público, aumentar a transparência e a responsabilização, e combater a corrupção.

Desempenho do programa. Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) para o final de janeiro de 2023, com exceção de um, foram cumpridos. Os limites mínimos das receitas fiscais, saldo primário interno e despesas sociais, e o limite máximo da massa salarial foram todos cumpridos. O limite máximo de zero pagamentos internos em atraso não foi observado devido à existência de um serviço da dívida denominada em FCFA já vencida, decorrente do agravamento das condições de financiamento no mercado regional de obrigações da UEMOA, a qual também condicionou o financiamento público na maior parte dos países membros desta instituição. Os pagamentos em atraso foram integralmente liquidados em março de 2023. Registaram-se progressos em todos os domínios da agenda estrutural, tendo sido cumpridos os cinco indicadores de referência estruturais (IRE) para o final de março de 2023, bem como um IRE para o final de dezembro de 2023. Propõem-se três novos IRE para abordar atempadamente os riscos orçamentais relacionados com a empresa de serviços públicos, um IRE sobre os controlos dos compromissos de despesas com vista a reduzir o risco de acumulação de atrasados, e um IRE para melhorar o Estado de direito.

Opinião do corpo técnico. As perspetivas macroeconómicas mantêm-se idênticas àquelas que se verificavam aquando da aprovação do programa e os critérios de desempenho para a segunda avaliação não foram alterados. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da segunda avaliação do acordo ECF com

base nas políticas delineadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF). O projeto de orçamento para 2023 apoia uma forte consolidação orçamental. As autoridades estão a tomar medidas para cumprir todos os CDQ e os IRE. Contudo, os riscos descendentes à execução do programa mantêm-se. A persistência da crise internacional poderá ter um efeito adverso no apoio às medidas de mobilização das receitas e de contenção das despesas, no agravamento das condições financeiras regionais e mundiais e no apoio dos doadores. A imprevisibilidade das tensões financeiras no setor empresarial do Estado e as fragilidades do setor bancário podem gerar passivos contingentes e desencadear tensões sociais. A tentativa de golpe de Estado, ocorrida a fevereiro de 2022, e as tensões em torno das eleições legislativas, adiadas para o início de junho de 2023, sinalizam riscos políticos crescentes.

Aprovado por
Montfort Mlachila
(AFR) e Eugenio
Cerutti (SPR)

Uma equipa do FMI composta por Jose Gijon (Chefe), Pedro Juca Maciel, Yugo Koshima, Harold Zavarce (todos do AFR), Koon Hui Tee (FAD), Patrick Gitton (Representante residente) e Gaston Fonseca (Economista local) manteve discussões com as autoridades. A equipa da missão reuniu-se com Sua Excelência, o Presidente Sissoko Embaló, o Primeiro-Ministro Nuno Gomes Nabiam, o Presidente do Tribunal de Contas, Amadu Baldé, o Vice-Primeiro-Ministro, Soares Sambú, o Ministro das Finanças, Ilídio Vieira Té, o Ministro da Economia, José Carlos Varela Casimiro, o Ministro da Administração Pública, Emprego, Trabalho e Segurança Social, Cirilo Mamasaliu Djaló, o Ministro das Pescas, Orlando Mendes Viegas e a Diretora Nacional do BCEAO, Zenaida Cassama. A equipa reuniu-se ainda com técnicos dos Ministérios das Finanças, Economia, Direção Nacional do BCEAO, Célula Nacional de Tratamento da Informação Financeira, Instituto Nacional de Estatística, Centro de Acesso à Justiça, Centro de Formalização de Empresas, entre outros. Além disso, a missão reuniu-se com organizações da sociedade civil, representantes dos setores privado e público, e importantes parceiros bilaterais e internacionais. A missão realizou-se entre os dias 8 e 22 de março de 2023. Romao Varela (Assessor do Administrador, OED) participou nas discussões sobre políticas. Fairiza Jaghori e Tomas Picca (ambos do AFR) contribuíram para a elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	5
DESEMPENHO DO PROGRAMA	7
PERSPETIVAS E RISCOS	8
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS:	9
A. Políticas Macroeconómicas	9
B. Reformas Estruturais	13
MODALIDADES DO PROGRAMA E OUTRAS QUESTÕES	14
AValiação DO CORPO TÉCNICO	16

CAIXAS

1. Causas e Medidas Corretivas da Grave Situação Financeira da EAGB _____	11
---	----

FIGURAS

1. Crescimento e Padrões de Vida _____	18
2. Desenvolvimentos Económicos a Nível Mundial _____	19
3. Atividade e Preços _____	20
4. Evolução Orçamental, Externa e Monetária _____	21

TABELAS

1. Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2020–28 _____	22
2a. Balança de Pagamentos, 2020–28 _____	23
2b. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2020–28 _____	24
3a. Operações Consolidadas do Governo Central, 2020–28 (em mil milhões de FCFA) _____	25
3b. Operações Consolidadas do Governo Central, 2020–28 (em percentagem do PIB) _____	26
4. Síntese Monetária, 2020–26 _____	27
5. Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados, 2017–22 _____	28
6. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao Fundo, 2023–35 _____	29
7. Perfil do Titular de Dívida Pública, 2022–24 _____	30
8. Critérios de Desempenho Quantitativos (CDQ) e Metas Indicativas (MI) ao abrigo do Acordo ECF, 2022–24 _____	31
9. Indicadores de Referência Estruturais _____	32
10. Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2023–25 _____	33

ANEXOS

I. Matriz de Avaliação de Riscos _____	34
II. Planos de Ação para as Reformas em Matéria de Governação _____	37

APÊNDICES

I. Carta de Intenções _____	42
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras _____	45
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento _____	61

CONTEXTO

1. Apesar da pandemia de COVID-19 e dos choques nos preços das matérias-primas ocorridos nos últimos dois anos, o ambiente político manteve-se estável, o que criou condições para a realização de reformas.

- Em fevereiro de 2022, ocorreu uma tentativa de golpe de Estado que as autoridades atribuíram a traficantes de droga e a funcionários corruptos. A CEDEAO voltou a mobilizar uma força de estabilização para o país. O ambiente político tem-se mantido relativamente estável após a tentativa de golpe de Estado.
- O Presidente dissolveu a Assembleia Nacional em meados de maio de 2022. As próximas eleições legislativas e presidenciais estão agendadas para junho de 2023 e dezembro de 2024, respetivamente. Registaram-se progressos na preparação das eleições de junho e o governo tem acompanhado as potenciais fontes de tensões sociais e políticas, que poderão intensificar-se no período que antecede as eleições.

2. **As autoridades continuam a fazer progressos na sua agenda de reformas.** O desempenho do programa apoiado no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) foi satisfatório. Há um forte empenho no programa, ao mais alto nível político, o qual também conta com o apoio dos principais partidos políticos representados na Comissão Permanente multipartidária da Assembleia Nacional Popular. A agenda de reformas inclui um plano ambicioso de consolidação orçamental para investir nas pessoas e infraestruturas, a par de um esforço de preservação da sustentabilidade da dívida, da implementação de reformas estruturais e de governação para fortalecer a capacidade do Estado e enfrentar os desafios colocados por fragilidades há muito existentes.¹

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

3. **O crescimento deverá abrandar para 3,5% e a inflação média deverá subir para 7,9% em 2022** (Tabela 1 do texto). Em 2022, o crescimento foi afetado pela diminuição das exportações de castanha de caju. O aumento dos preços das matérias-primas, conjugado com a guerra na Ucrânia, acentuou as pressões sobre a inflação, especialmente dos bens alimentares e dos combustíveis. No entanto, o crescimento em 2022 foi apoiado por uma maior produção agrícola, pelo investimento do setor privado e pela relativa estabilidade política, que compensaram parcialmente o impacto do aumento do custo de vida e dos choques externos negativos.

¹ Ver o [Relatório do FMI n.º 22/87](#) para um diagnóstico das fragilidades incluídas na Estratégia de Compromisso Nacional (Anexo I, páginas 34 a 37).

Tabela 1 do texto. Guiné-Bissau: Desempenho macroeconómico, 2019-22

	2019	2020		2021		2022	
	Prel.	Pré-choque ¹ Proj.	Pós-choque Estimativas	Pré-choque ¹ Proj.	Pós-choque Proj.	Pré-choque ² Proj.	Pós-choque Proj.
PIB real (variação percentual)	4,5	4,9	1,5	5,0	6,4	4,0	3,5
Deflador do PIB (variação percentual)	-3,5	2,1	-1,0	3,6	2,7	2,8	7,3
Inflação do IPC, média (percentagem)	0,3	1,5	1,5	1,8	3,3	2,0	7,9
Conta corrente (% do PIB) ³	-8,5	-4,5	-2,6	-4,6	-0,8	-4,3	-8,9
Saldo orçamental global, base de compromisso, incl. donativos (% do PIB)	-3,9	-5,1	-9,6	-5,1	-5,9	-4,2	-5,8
Total da dívida pública e com garantia pública (% do PIB)	65,3	71,5	77,7	71,1	78,8	78,2	80,5
<i>Por memória:</i>							
PIB nominal (mil milhões de FCFA) ⁴	871	893	875	972	956	966	1062
Preços de exportação de castanha de caju (USD por tonelada)	1098	1140	1000	1180	1154	1158,8	1200
Volume das exportações de castanha de caju (milhares de toneladas)	196	208	155	214	234	240,0	183

Fontes: autoridades da Guiné-Bissau; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.
1/ Projeções até janeiro de 2020, antes do choque provocado pela COVID-19.
2/ Projeções até janeiro de 2021, antes do choque provocado pela guerra na Ucrânia.
3/ Em 2019, o défice da conta corrente inclui a importação pontual (3,5% do PIB) de um navio de produção de energia elétrica ancorado ao largo da costa de Bissau e que fornece eletricidade à cidade.
4/ Números revistos com base na publicação das estimativas das contas nacionais relativas a 2018.

4. Em 2022, o défice orçamental global efetivo foi superior ao previsto devido ao aumento das pressões sobre as despesas e às menores receitas fiscais. O défice orçamental global, numa ótica de compromissos, caiu ligeiramente para 5,8% do PIB em 2022, face a 5,9% em 2021. Em comparação com o pedido ao abrigo do acordo ECF, os défices primários, global e interno, foram superiores aos projetados em 0,3% e 0,4% do PIB, respetivamente, devido a receitas fiscais inferiores às previstas e à derrapagem das despesas (Tabela 2 do texto). As receitas fiscais ficaram 0,1% do PIB abaixo do previsto sobretudo devido a uma menor cobrança dos impostos em atraso, principalmente por parte das entidades públicas. As despesas com a massa

Tabela 2 do texto. Guiné-Bissau: Desempenho orçamental, 2022 (em percentagem do PIB)

	Previsão		Diferença
	(Pedido de ECF)	Estimativas	
Receitas e donativos	16,0	15,4	-0,7
Receitas	12,1	11,9	-0,1
<i>D/q:</i> Receitas fiscais	9,5	9,4	-0,1
Donativos	4,0	3,4	-0,5
Despesas	21,5	21,1	-0,4
Despesas correntes	14,7	15,1	0,3
Salários e vencimentos ¹	6,2	6,2	0,1
Bens e serviços ¹	2,5	2,6	0,1
Transferências ¹	2,1	2,2	0,0
Outras	2,5	2,7	0,2
Juros	1,3	1,4	0,0
Aquisição líquida de ativos não financeiros	6,8	6,0	-0,7
Com financiamento interno	1,5	1,4	-0,1
Com financiamento externo	5,3	4,6	-0,7
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-5,5	-5,8	-0,3
Saldo primário interno (base de compromissos)	-2,8	-3,2	-0,4

Fontes: autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.
¹ Ajustados aos salários das embaixadas.

salarial foram ligeiramente excedidas em 0,1% do PIB, sobretudo devido ao pagamento dos salários em atraso e a poupanças inferiores às previstas com o recenseamento da administração pública. As autoridades irão realizar um novo recenseamento da administração pública em 2023, integrado no quadro do projeto do Banco Mundial sobre o desenvolvimento de capacidades no setor público.

5. A posição externa deteriorou-se em 2022 na sequência dos elevados preços dos alimentos e dos combustíveis e das menores exportações de castanha de caju. Com base nos dados preliminares, o défice da conta corrente agravou-se para 8,9 % do PIB em 2022, face a 0,8%

do PIB em 2021. Grande parte das necessidades de financiamento foram satisfeitas pela emissão de títulos do Tesouro nos mercados regionais.

6. A dívida pública aumentou em 2022. Com base nos dados preliminares, prevê-se que a dívida pública atinja 80,5% do PIB, um aumento de 1,7 pontos percentuais do PIB face a 2021, devido a um défice superior ao previsto, a novas garantias do governo concedidas principalmente à empresa de serviços públicos (0,5% do PIB) e ao reconhecimento de atrasados cruzados aos fornecedores com crédito malparado no banco subcapitalizado (0,4% do PIB) (¶17). A dívida externa diminuiu em 2022 graças ao recurso acrescido ao financiamento do mercado regional nacional.

7. As medidas implementadas pelo BCEAO (o banco central regional) relacionadas com a pandemia apoiaram o crédito. O crédito concedido à economia cresceu 23,7% em 2022 em virtude da postura mais flexível do BCEAO. Com exceção de um grande banco subcapitalizado, o setor bancário apresenta níveis de capitais adequados, cumprindo os critérios prudenciais regionais (Tabela 5). O rácio do crédito malparado bruto em função do total de empréstimos diminuiu em 2022, mas continua elevado. Ainda assim, os bancos apresentam bons níveis de provisões. As vulnerabilidades financeiras decorrentes da exposição do setor bancário à dívida soberana e à taxa de câmbio são baixas.²

DESEMPENHO DO PROGRAMA

8. Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) para o final de janeiro de 2023, com exceção de um, foram satisfeitos (Tabela 8). O CDQ de zero pagamentos internos em atraso não foi cumprido devido à existência de um serviço da dívida de 1,8 mil milhões de FCFA (0,15% do PIB) já vencida, decorrente do agravamento das condições de financiamento no mercado regional de obrigações da UEMOA, o qual também condicionou o financiamento público na maior parte dos países membros desta instituição. Os pagamentos em atraso foram integralmente liquidados em março de 2023.

9. Todas as metas indicativas (MI) para o final de dezembro de 2022, com exceção de três, foram cumpridas. As MI referentes às receitas fiscais, salários e défices primários internos não foram satisfeitas devido a um aumento das pressões sobre as despesas e a um desempenho das receitas fiscais aquém das expectativas, conforme explicado anteriormente.

10. Cinco indicadores de referência estruturais (IRE) para a segunda avaliação e um para a quarta avaliação já foram cumpridos (Tabela 9). A primeira reconciliação dos salários foi concluída para o quarto trimestre de 2022. Foram emitidos despachos ministeriais para i) analisar a composição e o mandato do Comité de Tesouraria, ii) criar e implementar a Unidade Técnica de Acompanhamento do Desempenho das Empresas Públicas, iii) exigir a apresentação de tabelas tarifárias, e iv) criar uma Unidade de Gestão de Tesouraria. Foram emitidas orientações para a implementação do decreto de 2022 relativo às informações sobre os beneficiários efetivos dos contratos públicos.

² Em 2022, o setor bancário nacional detinha 12% do total dos ativos em dívida da administração central e local, enquanto a exposição face às empresas públicas era de apenas 2%.

PERSPETIVAS E RISCOS

11. As perspetivas futuras permanecem praticamente inalteradas e os riscos continuam a ser tendencialmente negativos.

- *Cenário de base* (Tabela 1). Em 2023, o crescimento deverá recuperar para 4,5%, assumindo que o volume de exportações de castanha de caju atinge os níveis de 2021 e o investimento do setor privado permanece elevado. A inflação média deverá atingir um pico, à medida que os preços globais se normalizam, e deverá manter-se em 5,5% devido à persistência da inflação em produtos essenciais como o arroz. A médio prazo, o crescimento deverá acelerar para cerca de 5% ao ano, apoiado pelas fortes exportações de castanha de caju, pelo maior envolvimento dos doadores e pelas reformas de governação que deverão impulsionar o investimento.³ A inflação deverá convergir, gradualmente, para cerca de 2%. O défice da conta corrente deverá registar uma melhoria, devido à consolidação orçamental sustentada e aos termos de troca mais favoráveis. Espera-se que o crescimento do crédito à economia abrande devido às condições financeiras mais restritivas. A maior mobilização de receitas, o controlo da massa salarial e o aumento do financiamento concessional deverão fazer convergir o défice orçamental global para 3% até 2025.
- *Riscos para as perspetivas* (Anexo I). Os riscos descendentes decorrem de riscos políticos a nível interno e da fraca capacidade do Estado, de um desempenho desanimador das exportações de castanha de caju e dos choques climáticos. A fragmentação geoeconómica poderá afetar ainda mais os preços dos produtos alimentares e do petróleo, o apoio dos doadores, as ruturas de abastecimento e a instabilidade financeira. A ausência de apoio político poderá condicionar as medidas de mobilização das receitas e de contenção das despesas. O agravamento dos riscos de endividamento irá restringir ainda mais o acesso ao financiamento. A restritividade prolongada das condições financeiras no mercado regional limitará sobremaneira o acesso ao financiamento e aumentará os riscos de renovação da dívida e de solvência. As pressões financeiras das empresas públicas e as fragilidades do setor bancário também poderão gerar passivos contingentes.⁴ Em caso de materialização dos riscos descendentes, as autoridades devem racionalizar ainda mais as despesas não prioritárias e procurar obter mais apoio junto das IFI. Do lado ascendente, um melhor desempenho do setor da castanha de caju e uma implementação bem-sucedida das reformas irão permitir uma recuperação mais rápida.

³ O [Relatório do Corpo Técnico do FMI ao abrigo do Artigo IV](#) (Caixa 2, pág. 12) estima um crescimento potencial do PNB em torno de 4,5%. O crescimento a médio prazo de 5% assume a estabilidade política e a recuperação modesta do consumo do setor privado e do investimento para colmatar as lacunas de produção, gradualmente, até 2027. Estima-se que as reformas em matéria de governação possam gerar, *de forma temporária*, mais 0,75 ponto percentual de crescimento anual, desde que a Guiné-Bissau atinja o nível médio dos países da África Subariana em termos do índice de corrupção. Num horizonte de longo prazo, para o período 2032-47, estima-se, de forma conservadora, que o crescimento potencial tenda para cerca de 4%.

⁴ O possível fracasso da estratégia de saída do banco subcapitalizado pode gerar passivos contingentes para recapitalizar o banco ou para compensar, pelo menos, os pequenos depositantes pela manutenção da confiança no sistema bancário.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS:

As prioridades a nível de políticas continuam a apoiar um ambicioso programa de consolidação orçamental para garantir a sustentabilidade da dívida, atendendo, ao mesmo tempo, às vastas necessidades de desenvolvimento da Guiné-Bissau através da eficiência das despesas, do aumento da mobilização de receitas e do reforço da governação e transparência orçamentais.

A. Políticas macroeconómicas

Política orçamental

12. A proposta de orçamento de 2023 e a estratégia de consolidação orçamental visam assegurar a sustentabilidade orçamental a médio prazo, apoiando, ao mesmo tempo, a recuperação económica. A dívida pública e com garantia pública deverá reduzir-se para 76,4% do PIB. As autoridades visam conter o défice primário interno para 0.2% do PIB em 2023, em comparação com 3.2% do PIB em 2022. Tal será conseguido através da implementação de medidas⁵ que permitam conduzir o défice orçamental e o rácio da dívida para 3% e 70% do PIB até 2025 e 2027, respetivamente, em conformidade com os critérios de convergência da UEMOA.

13. O esforço de consolidação orçamental é apoiado pelas seguintes medidas:

- **Aumento da mobilização de receitas.** As autoridades implementaram várias medidas durante o SMP e irão empreender mais reformas para atingir o limite mínimo de receitas fiscais durante o programa (MPEF, ¶118). Especificamente, iniciaram a revisão da lei sobre o regime geral de isenções e elaboraram planos de ação para implementar a nova lei do IVA e reformar a Direção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) (MPEF, ¶121).
- **Reforço do controlo das despesas.** A racionalização da massa salarial será essencial para criar o espaço orçamental necessário para as despesas prioritárias. As autoridades têm implementado uma série de medidas corretivas⁶ para racionalizar as despesas com a massa salarial este ano, incluindo o congelamento total de novas contratações, a colocação de limites máximos às despesas salariais dos principais ministérios e a manutenção de posições de assessoria flexíveis em altos cargos.⁷ Para além do mais, irão efetuar um novo recenseamento da administração pública com o apoio do Banco Mundial e concluirão o inventário integral das instalações de saúde e de educação para avaliar as necessidades de pessoal e identificar os trabalhadores fantasma.
- **Salvaguarda da despesa social prioritária e do investimento público.** A médio prazo, o crescimento das despesas sociais prioritárias e do investimento público será apoiado pelo compromisso assumido pelo governo com as metas do programa e, simultaneamente, pela

⁵ Ver o [Relatório Nacional do FMI n.º 22/87](#) (Figura 1 do texto).

⁶ Ver o [Relatório Nacional do FMI n.º 22/87](#) (Caixa 1).

⁷ Foram reduzidos cerca de 51 postos de trabalho na Presidência, no Gabinete do Primeiro-Ministro, na Presidência da Assembleia Nacional, as Presidências do Supremo Tribunal e do Tribunal de Contas e no Gabinete do Procurador-Geral.

racionalização dos salários e das despesas não prioritárias. Os efeitos catalisadores do programa apoiado no âmbito da ECF deverão mobilizar o financiamento através de donativos a projetos e empréstimos em condições muito favoráveis durante o período do programa (Tabela 3 do texto). O reforço da gestão do investimento público melhorará a definição das prioridades dos projetos no âmbito do novo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que deverá ser elaborado após as eleições de junho.⁸

Tabela 3 do texto. Guiné-Bissau: Donativos e empréstimos dos parceiros e doadores multilaterais
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023 Proj.	2024 Proj.	2025 Proj.
Donativos	33,0	58,5	36,4	44,4	47,3	50,3
Apoio orçamental	0,0	1,0	6,6	4,4	4,4	4,4
Donativos para projetos	33,0	57,5	29,8	40,1	43,0	45,9
Empréstimos para projetos	36,5	26,5	20,3	20,6	23,5	25,3
AID	18,6	17,3	12,4	7,7	7,7	10,3
BOAD	8,6	5,4	3,2	7,5	6,0	6,0
BAfD	2,5	3,6	4,2	2,0	1,4	1,5
Outros	6,7	0,2	0,6	3,4	8,3	7,5
Desembolsos do FMI	0,0	11,2	0,0	7,8	7,8	7,9

Fonte: Projeções do corpo técnico do FMI.

Riscos orçamentais da empresa de serviços públicos

14. A situação financeira da empresa de serviços públicos coloca um risco orçamental considerável. Em 2022, a situação financeira da empresa *Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau* (EAGB) foi agravada por encargos adicionais relativos à capacidade de produção inutilizada do único fornecedor de energia e por uma taxa de cobrança de tarifas extremamente baixa, para além do aumento dos preços dos combustíveis. Estima-se que os empréstimos bancários comerciais da EAGB representem 1,4% do PIB em março de 2023. Dada a sua precária situação financeira, a empresa enfrenta sérias dificuldades de acesso ao financiamento e depende de empréstimos bancários a curto prazo com garantia pública bastante dispendiosos. Além disso, acumulou seis meses de faturas por pagar ao fornecedor de energia, ascendendo a 0,9% do PIB em março de 2023. Entretanto, as autoridades chegaram a um acordo para renegociar com o fornecedor de energia termos contratuais mais consistentes com a utilização efetiva de eletricidade pela Guiné-Bissau (MPEF, ¶19). Também estão a ser tomadas uma série de medidas para atenuar os riscos orçamentais decorrentes da EAGB e evitar a interrupção do fornecimento de energia, o que colocaria riscos macroeconómicos e políticos graves (Caixa 1).

⁸ O corpo técnico irá preparar uma avaliação do PDN atual para informar sobre o processo do novo PDN até à segunda revisão.

Caixa 1. Causas e Medidas Corretivas da Grave Situação Financeira da EAGB

Os problemas financeiros enfrentados pela EAGB levaram-na a ficar muito perto de perder o fornecimento de energia. Em 2022, as suas perdas atingiram 11 mil milhões de FCFA (1,1% do PIB). O custo da eletricidade adquirida à [Karpower](#), o único fornecedor de energia com um navio de produção de energia ancorado ao largo da costa de Bissau, representou 70% das despesas totais.

Em 2022, a situação financeira da EAGB agravou-se devido aos encargos adicionais com a capacidade de produção não utilizada e as taxas de cobrança de tarifas muito reduzidas. Se estes fatores não existissem, as perdas teriam sido limitadas a cerca de 2 mil milhões de FCFA em 2022 (Figura 1).

- **Os encargos adicionais da Karpower com a capacidade de produção não utilizada aumentaram com a assinatura de um aditamento ao contrato de fornecimento original.** O contrato original, assinado em 2019, incluía 17 MW de capacidade e tinha taxas de utilização razoáveis, próximas da média industrial^{1/} (Figura 2). Contudo, o aditamento assinado em 2020 aumentou a capacidade para 24 MW em 2021, 30 MW em 2022 e 70 MW em 2025. Dado que a rede existente só pode absorver 24 MW, o custo adicional da capacidade não utilizada de 6MW foi cerca de 2,1 mil milhões de FCFA por ano.
- **Taxas de cobrança de tarifas muito baixas.** Em 2022, a cobrança de tarifas foi de apenas 60% do montante faturado, um nível extremamente reduzido em comparação com os padrões regionais^{2/}. Se a empresa atingisse o seu objetivo de 85% de cobrança de tarifas, seriam gerados 7,6 mil milhões de FCFA de receitas adicionais sem alterar as tarifas. As tarifas não pagas devem-se principalmente aos clientes residenciais do setor privado com contadores em regime de pós-pagamento.

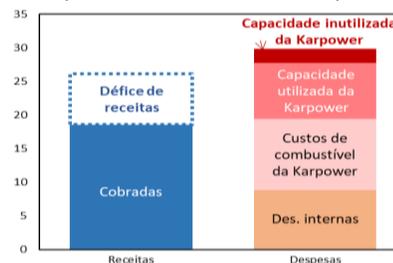
As autoridades estão a tomar medidas para resolver a situação da EAGB. Chegaram a um acordo com a Karpower para renegociar o contrato de fornecimento com base na utilização efetiva de energia. Também estão a reformular a estrutura societária, através da transferência da supervisão da EAGB do Ministério da Energia para o Ministério das Finanças, e pela instalação de contadores em regime de pré-pagamento para os clientes em situação de incumprimento. Conforme exigido num novo IRE (final de dezembro de 2023), o Tribunal de Contas está a realizar uma auditoria ao contrato da Karpower, que se concluirá em meados de 2023. Os dois IRE adicionais propostos (final de junho e final de dezembro de 2023) foram acrescentados para exigir a instalação de 35000 contadores em regime de pré-pagamento.

O restabelecimento da viabilidade financeira da EAGB também requer medidas apoiadas pelos doadores, que incluem: i) a conclusão atempada do projeto da Organização para o Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica da Gâmbia (OMVG), apoiado pelo Banco Mundial, para assegurar a ligação às centrais hidroelétricas da Guiné-Conacri, ii) a melhoria, com o apoio dos doadores, da gestão operacional através da nomeação de uma nova equipa de gestão, e iii) a concessão de um financiamento intercalar até que a situação financeira se estabilize. O plano estratégico exigido no âmbito de um IRE (final de setembro de 2023) especificará o calendário e as necessidades de financiamento destas medidas.

1/ O fator de capacidade das centrais de energia geotérmicas dos EUA era, em média, de 73,4% em 2022, de acordo com [o EIA](#).
2/ As tarifas não pagas representavam cerca de 4% do montante faturado em 2022 para a África do Sul e cerca de 8% em 2020 para o Uganda.

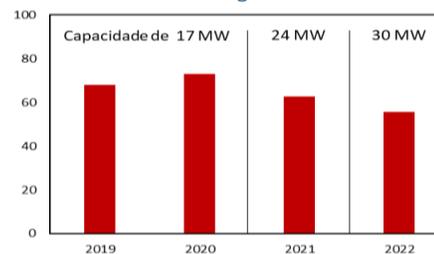
3/ Para mais pormenores, consultar o Anexo III do [Relatório Nacional do FMI n.º 22/87](#).

Figura 1. Dados financeiros da EAGB, 2022 (em mil milhões de FCFA)



Fonte: EAGB, estimativas da equipa técnica

Figura 2. Fator de capacidade da Karpower (em percentagem da produção máxima de energia)



Fonte: EAGB, estimativas da equipa técnica

Financiamento e dívida

15. O apoio ao objetivo das autoridades de consolidação orçamental e de preservação da sustentabilidade da dívida implicam necessidades de financiamento adicionais de 1,8% do PIB nos próximos três anos. O corpo técnico estima que as necessidades de financiamento ascendem a 6,9 mil milhões de FCFA - cerca de 0,6% do PIB por ano - e que estão totalmente cobertas para os próximos 12 meses e têm boas perspetivas de cobertura para o resto do período do programa. A catalisação de financiamento dos doadores, a contratação de empréstimos apenas em condições altamente concessionais e a racionalização dos desembolsos dos empréstimos para projetos contraídos em condições não concessionais contribuirão para os esforços de consolidação orçamental e para a mitigação das vulnerabilidades da dívida. Esta estratégia irá aliviar as pressões de financiamento decorrentes da dependência dos empréstimos não concessionais do BOAD e dos bancos comerciais locais, assim como das emissões de títulos do Tesouro no mercado regional. Além disso, as autoridades tencionam regularizar, durante o período do programa, todos os atrasados internos auditados e reconhecidos, e estão a tratar dos atrasados externos antigos.⁹ (MPEF, ¶21 ¶22).

16. A Guiné-Bissau está sujeita a um elevado risco de sobre-endividamento externo e global, mas a dívida é considerada sustentável.¹⁰

Estima-se que a dívida externa se situe em cerca de 39,0% do PIB no final de 2022. O risco de sobre-endividamento externo é elevado porque os indicadores baseados nos rácios do serviço da dívida ultrapassam os seus limiares indicativos no cenário de base. O risco global de sobre-endividamento também é elevado, dado que o VA da dívida

pública face ao PIB continua bem acima do seu limiar indicativo ao longo do período de projeção. A dívida é considerada sustentável devido ao empenhamento das autoridades em adotar políticas robustas apoiadas por um forte envolvimento dos doadores. O contexto regional favorável da

Tabela 4 do texto. Plano de endividamento externo
(em milhões de USD)

Dívida externa contraída ou garantida pelo Estado	Volume de nova dívida em 2023 ¹ (em milhões de USD)	Valor atual da nova dívida em 2023 ¹ (em milhões de USD)
Fontes de financiamento da dívida	32,7	21,2
Dívida concessional ²	32,7	21,2
Dívida multilateral	32,7	21,2
Usos do financiamento da dívida	32,7	21,2
Infraestrutura urbana	12,3	8,0
Agricultura	20,4	13,3

Fonte: autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.
1/ Contratação e garantia de nova dívida, excl. o FMI. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.
2/ Dívida com um elemento de donativo inferior a 35%.

⁹ A Guiné-Bissau tem atrasados externos antigos, no total de 5,7 milhões de USD no final de 2022, com o Brasil, a Rússia e o Paquistão. As autoridades chegaram a acordo com a Rússia para a anulação da dívida (1,5 milhões de USD) e estão em negociações com o Paquistão (2,2 milhões de USD). As negociações com o Brasil (1,9 milhões de USD) aguardam a aprovação final por parte do Senado brasileiro. O corpo técnico obteve o consentimento dos Diretores Executivos competentes para avançar com a conclusão da revisão, não obstante os atrasados referidos. O corpo técnico apoia a conclusão de uma avaliação das garantias de financiamento uma vez que continuam a existir as salvaguardas adequadas para a utilização dos recursos do Fundo na situação da Guiné-Bissau e os esforços de ajustamento deste país não serem prejudicados pela evolução das relações entre devedores e credores.

¹⁰ Ver a ASD para o pedido no âmbito do acordo ECF ([Relatório Nacional do FMI n.º 22/87](#)).

Guiné-Bissau reduz os riscos de renovação da dívida interna a médio prazo, sendo que o corpo técnico projeta um declínio gradual do VA da dívida pública face ao PIB a médio prazo. As perspectivas para a dívida continuam vulneráveis a uma recuperação económica mais fraca, a um aumento da restritividade das condições financeiras mundiais e regionais, e à não aderência a políticas orçamentais prudentes por parte das autoridades. As autoridades estão empenhadas em fortalecer a gestão da dívida (MPEF, ¶23), em planejar cuidadosamente os novos investimentos e em contrair dívida futura apenas em termos altamente benéficos (MPEF, ¶24). As perspectivas relativas à sustentabilidade da dívida deverão melhorar através de uma maior transparência e da observância do CDQ de não contração de novos empréstimos não concessionais, em conformidade com o plano de endividamento (Tabela de texto 4).¹¹ O FMI irá prestar AT em matéria de gestão da dívida para desenvolver a capacidade de acompanhamento do limite do VA da dívida.

Reforço da estabilidade financeira

17. A resolução do crédito malparado (NPL) e a definição de uma estratégia de saída bem sucedida de um grande banco subcapitalizado contribuíram para a estabilidade e a intermediação financeira. No final de 2022, o Conselho de Ministros aprovou a oferta de um investidor estratégico para comprar a participação do Estado e recapitalizar a instituição a fim de cumprir gradualmente as normas prudenciais da UEMOA. Uma empresa de auditoria internacional, conceituada e contratada pelo comprador, finalizou o processo de exame prévio e o comprador reconfirmou a sua intenção de comprar o banco. O comprador está em fase de elaboração do plano de recapitalização para satisfazer as normas regulamentares da UEMOA, a ser apresentado e avaliado pela Comissão Bancária Regional, a qual terá de aprovar a venda final. O governo liquidou cerca de 4,7 mil milhões de FCFA (0,4% do PIB) de atrasados cruzados com os seus fornecedores, através de pagamentos diretos ao banco, o que melhorou significativamente a sua situação financeira. Caso este desinvestimento não se concretize, as autoridades continuam empenhadas num novo IRE para preparar um relatório sobre um plano viável para a resolução do banco até 2024, com base nas recomendações do FMI (MPEF, ¶35).

B. Reformas Estruturais

18. As reformas das receitas devem ser aceleradas sob a nova liderança da DGCI. Em março de 2023, foi nomeado um novo diretor da DGCI. O Ministério das Finanças emitiu um despacho ministerial com o calendário dos planos de ação para a reforma da administração das receitas e a implementação do novo IVA (Anexo II). As autoridades também devem profissionalizar a DGCI através de um processo aberto e competitivo de nomeação de todos os cargos de gestão (MPEF, ¶18).

¹¹ Em conformidade com a Política sobre os Limites de Endividamento (DPL) do FMI para países com elevado risco de sobre-endividamento externo e sem acesso significativo aos mercados financeiros internacionais, o critério de desempenho para a contração de empréstimos não concessionais foi fixado em zero. Dada a falta de capacidade técnica das autoridades para controlarem o limite do VA em virtude das limitações de pessoal, do pouco potencial de contratação e da elevada rotatividade do pessoal, os novos empréstimos concessionais são acompanhados como uma rubrica de memória.

19. As autoridades prosseguem com a implementação das reformas de gestão das finanças públicas (GFP) (MPEF, ¶26-28). Para assegurar a integridade dos salários, as autoridades continuarão a efetuar a reconciliação trimestral destes, que será reforçada pela implementação da tecnologia *blockchain*, apoiada pelo FMI. Em 2023, o Tribunal de Contas concluirá uma auditoria sobre as irregularidades do processo de contratação de 2021-22. Para evitar a ocorrência de novos atrasados, propõe-se um IRE para reintroduzir os controlos dos compromissos de despesas, interrompidos em 2018, para as principais despesas com bens e serviços (IRE, final de março de 2024). As autoridades deverão aumentar a transparência das taxas e dos encargos cobrados pelas entidades geradoras de receitas, incluindo os tribunais e registos, publicando-os no orçamento de 2024 (IRE, final de dezembro de 2023).

20. Ocorreram progressos significativos no reforço das auditorias externas e na transparência do processo de contratação pública (MPEF, ¶29-30). No que se refere à auditoria das despesas relacionadas com a COVID-19, o Tribunal de Contas elaborou relatórios preliminares de auditoria do Alto Comissariado para a COVID-19 e encontra-se a realizar outra auditoria ao Ministério da Saúde e a outras entidades, que deverá estar concluída em 2023. Uma vez finalizada, a implementação das recomendações de auditoria constituirá mais um passo crítico para o reforço do quadro de transparência e responsabilização. A Direção-Geral dos Concursos Públicos (DGCP) continuou a publicar as informações sobre os beneficiários efetivos de todos os contratos relacionados com a crise. Para estender a divulgação dos beneficiários efetivos a todos os contratos públicos, o Tribunal de Contas está empenhado em auditar os contratos de aquisições diretas que não tenham sido autorizados pela DGCP e pelo Tribunal de Contas, mas a realização dessa auditoria exige que o Ministério das Finanças apresente primeiro as contas finais em atraso.

21. As autoridades têm expandido as reformas do Estado de direito (MPEF, ¶33). Revitalizaram o Centro de Acesso à Justiça (CAJ), o qual tem desempenhado um papel fundamental para garantir o acesso dos grupos vulneráveis da população aos serviços judiciais. Propõe-se um novo IRE para desenvolver uma base de dados da legislação fundamental e informações para aumentar o conhecimento jurídico no sítio Web do CAJ (IRE, final de março de 2024), o que ajudará a implementar uma recomendação para a avaliação da governação de 2019.

22. As autoridades têm implementado reformas para melhorar a eficácia do quadro de CBC/FT e de combate à corrupção (MPEF, ¶31-32). No que respeita à eficácia da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, as autoridades têm aplicado o plano de ação, incluindo dar prioridade imediata à publicação da política nacional de CBC/FT (Anexo II). Também estão a preparar as orientações para a implementação do novo regime de declaração de bens, que deverá ser aprovado pela nova Assembleia Nacional após as eleições.

MODALIDADES DO PROGRAMA E OUTRAS QUESTÕES

23. As autoridades solicitaram dispensa pelo não cumprimento, em janeiro de 2023, do CDQ relativo aos atrasados internos. Esta transgressão tem um caráter temporário. Os pagamentos em atraso foram liquidados em março de 2023 e as autoridades estão a tomar medidas

para reforçar os controlos dos compromissos de despesas, que poderão reduzir a dimensão dos atrasados acumulados caso persista uma crise nos mercados regionais.

24. Chegou-se a entendimento com as autoridades sobre a nova condicionalidade proposta.

- **As MI estão definidas para março de 2024** (Tabela 8). As novas metas propostas são consistentes com o quadro orçamental. Os CDQ e as MI, para o período de março a dezembro de 2023, manter-se-ão inalterados em comparação com o pedido no âmbito do acordo ECF.
- **Propõem-se cinco novos IRE para os próximos 12 meses, após o alcance de seis IRE** (Tabela 9). Tendo em conta as fragilidades e a fraca capacidade institucional de Guiné-Bissau, os IRE propostos são modestos, cuidadosamente priorizados e sequenciados, e assentes no apoio ao desenvolvimento de capacidades. Propõem-se três IRE para atenuar os riscos orçamentais da EAGB (Caixa 1), um IRE para reintroduzir os controlos dos compromissos de despesas (¶19) e outro para melhorar o Estado de direito (¶21)

25. O programa está totalmente financiado para os próximos 12 meses e há boas perspetivas para que assim se mantenha durante todo o seu período de vigência. As necessidades de financiamento para os próximos 12 meses estão totalmente cobertas pelos donativos de apoio orçamental previstos no orçamento (4,4 mil milhões de FCFA), com a expectativa de se virem a receber donativos adicionais graças a um forte envolvimento dos doadores, dinamizados pelo acordo ECF.

26. A capacidade de Guiné-Bissau para cumprir o serviço da dívida mantém-se adequada, mas está sujeita a riscos significativos (Tabela 6). No cenário de base, as obrigações pendentes perante o FMI, baseadas na utilização presente e futura, atingiriam um pico de 3,0% do PIB em 2025, acima da mediana dos acordos anteriores de parcelas superiores de crédito para os PBR ou 16,1% das reservas oficiais brutas, enquanto o serviço da dívida atingiria um pico de 2,4% das receitas (excluindo donativos) ou 2,1% das exportações em 2030. A capacidade de reembolso da dívida ao FMI está sujeita a riscos descendentes significativos (Anexo I e ¶11, ponto 2). Os riscos são atenuados pelo compromisso de implementação integral do programa assumido pelo governo, bem como pelo seu sólido historial de serviço da dívida.

27. Avaliação das salvaguardas. O BCEAO implementou todas as recomendações da avaliação das salvaguardas de 2018. A avaliação constatou que o BCEAO dispunha de dispositivos de governação globalmente adequados e de um ambiente de controlo robusto. Está em curso uma atualização da avaliação das salvaguardas do BCEAO.

28. Estatísticas. A prestação de dados é adequada para o acompanhamento do programa, que será, no entanto, melhor apoiado pelo desenvolvimento de capacidades e pela implementação da reforma do Instituto Nacional de Estatística (MPEF, ¶36-37).

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

29. Embora a economia esteja a recuperar, a gestão dos principais riscos de agravamento das perspectivas constituirá um teste importante para as autoridades. Em 2022, o crescimento abrandou devido às menores exportações de castanha de caju e aos elevados preços dos bens alimentares e dos combustíveis. Embora se preveja uma recuperação do crescimento e uma melhoria da posição externa em 2023, as perspectivas enfrentam incertezas significativas decorrentes de choques na produção de castanha de caju e da diminuição da procura internacional deste produto, da persistência da inflação dos produtos alimentares e energéticos e do agravamento das condições financeiras regionais e mundiais. Apesar da tentativa de golpe de Estado de fevereiro de 2022, o ambiente político tem-se mantido relativamente estável. Contudo, podem surgir eventuais tensões em torno dos resultados das eleições de junho, que poderão comprometer a estabilidade política e a implementação das reformas.

30. O corpo técnico do FMI congratula as autoridades pelo desempenho satisfatório dos programas, apesar do contexto interno e externo extremamente difícil. Todos os CDQ para o final de janeiro de 2023, à exceção de um, foram cumpridos. As autoridades tomaram medidas corretivas imediatas para fazer face à meta não cumprida relativamente aos pagamentos internos em atraso. As autoridades demonstraram um forte empenhamento no programa, tendo alcançado os cinco IRE para março de 2023 antes da segunda revisão e um para a quarta revisão. A estreita colaboração com o Fundo através das avaliações trimestrais será fundamental para atenuar os riscos de implementação das reformas.

31. A agenda de reformas é amplamente partilhada por todos os partidos políticos. O compromisso das autoridades em realizar as eleições de acordo com o calendário previsto e o consenso nacional sobre a necessidade de reformas fundamentais reduzirão os riscos de implementação do programa, independentemente dos resultados eleitorais.

32. As autoridades devem tomar medidas imediatas para mitigar os riscos orçamentais decorrentes da EAGB. Para eliminar o défice operacional, que constitui uma fonte considerável de riscos orçamentais, a EAGB deve aumentar a sua baixa taxa de cobrança de tarifas através da instalação de 35000 contadores em regime de pré-pagamento para os clientes em situação de incumprimento até ao final de dezembro de 2023. Em paralelo, o governo deve avançar com a conclusão das renegociações com o fornecedor de energia. O governo também deve encontrar fontes alternativas para o financiamento intercalar da EAGB, idealmente proveniente de doadores em vez do crédito bancário comercial, para evitar a acumulação de faturas ao fornecedor de energia.

33. A adesão à trajetória de consolidação orçamental a par da proteção das despesas sociais prioritárias e do investimento público são fundamentais para garantir a sustentabilidade da dívida. Os pilares críticos do programa consistem na mobilização de receitas internas, incluindo a implementação do novo IVA e a profissionalização da DGCI, e o controlo da massa salarial, previstos no orçamento de 2023.

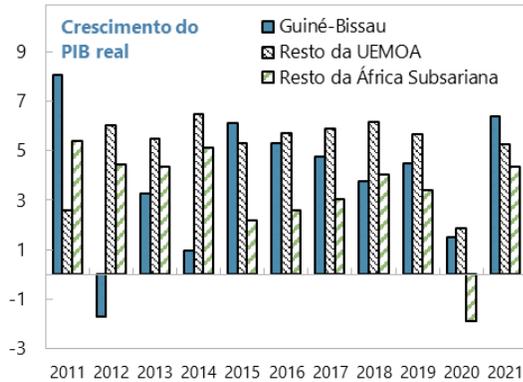
34. O corpo técnico aprecia os progressos realizados com a saída ordenada e atempada do banco subcapitalizado. Uma empresa de auditoria independente conceituada efetuou as devidas diligências. O investidor finalizou a sua oferta de compra e está a preparar um plano de recapitalização, que será apresentado em breve à Comissão Bancária Regional para aprovação final.

35. Os esforços contínuos de reformas no domínio da governação são animadores. O Tribunal de Contas conquistou progressos na conclusão das auditorias relativas às despesas relacionadas com a COVID-19 e ao contrato de fornecimento de energia da EAGB. As autoridades devem continuar a implementar planos de ação destinados a melhorar a eficácia do CBC/FT e a transparência dos beneficiários efetivos. O corpo técnico apoia firmemente os compromissos renovados das autoridades em matéria de reformas do Estado de direito, nomeadamente através do CAJ.

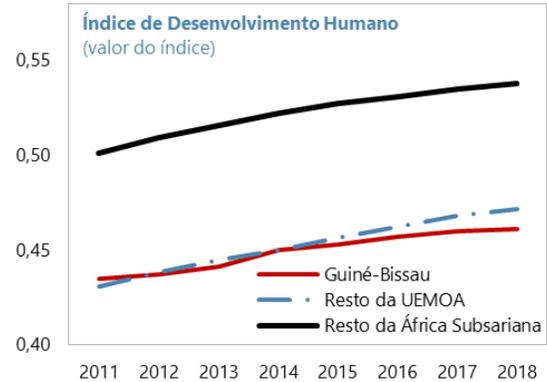
36. O corpo técnico apoia a conclusão da primeira avaliação, o desembolso de 2,37 milhões de DSE ao abrigo do acordo ECF e o pedido de dispensa das autoridades. O corpo técnico apoia, igualmente, a conclusão da avaliação das garantias de financiamento. A Carta de Intenções e o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descrevem as políticas adequadas que cumprem os objetivos do programa.

Figura 1. Guiné-Bissau: Crescimento e Padrões de Vida

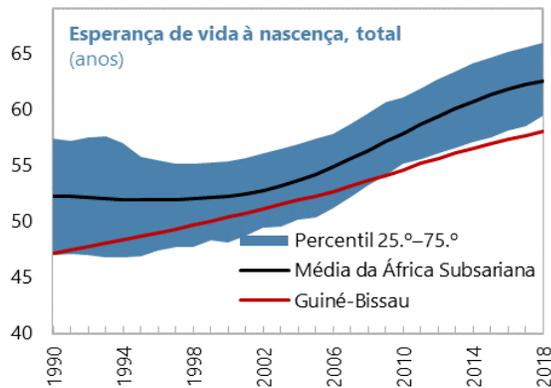
Um crescimento económico volátil em comparação com os seus pares regionais reflete um longo historial de instabilidade política...



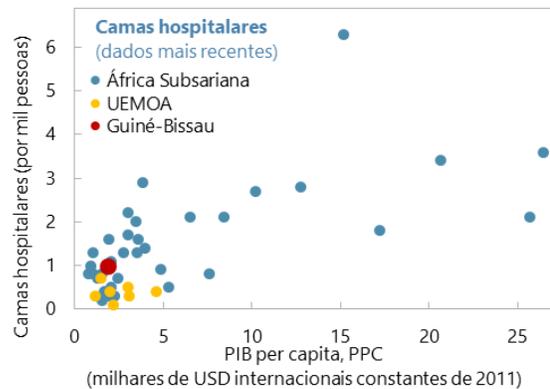
...e de fragilidade económica, que afeta os padrões de vida da população.



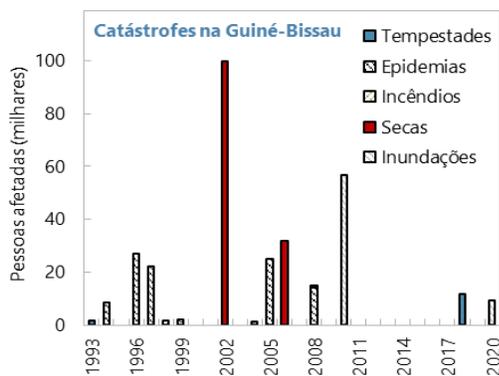
As fracas condições sanitárias são evidenciadas por uma esperança de vida à nascença significativamente inferior face à dos seus pares da ASS.



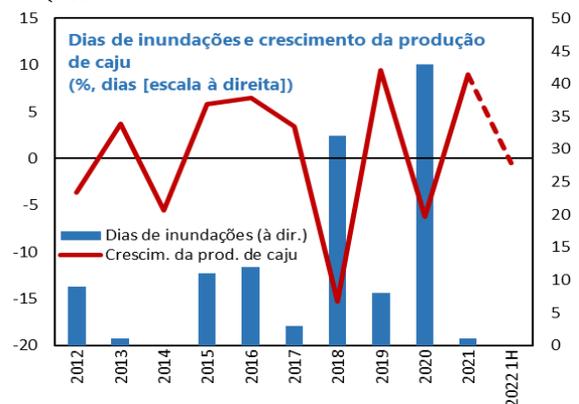
O sistema de saúde dispõe de recursos limitados, incluindo equipamento médico, que é fundamental...



...tendo em conta a exposição do país a catástrofes naturais, como as inundações e a pandemia...



e a produção de castanha de caju e os meios de subsistência agrícola são afetadas pelos choques climáticos, incluindo inundações.

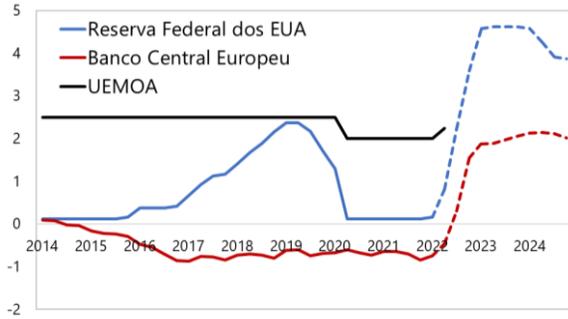


Fontes: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial; EM-DAT, base de dados CRED; NASA, base de dados Giovanni; autoridades da Guiné-Bissau; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos a Nível Mundial

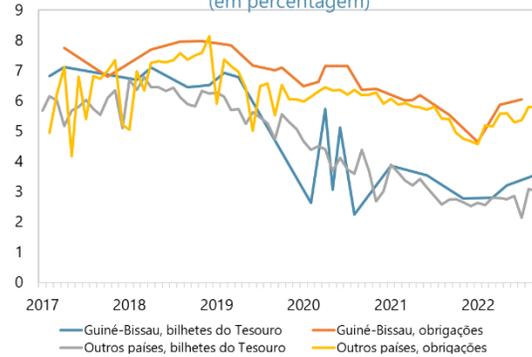
Os bancos centrais nas economias avançadas estão a adotar políticas monetárias mais restritivas...

Taxas de juro diretas
(em percentagem)



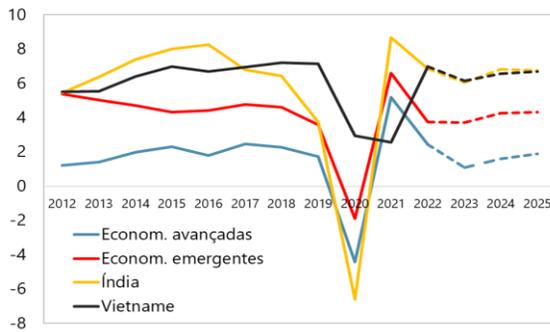
... e os juros nos mercados regionais estão a começar a subir...

Taxas de juro da dívida pública na UEMOA
(em percentagem)



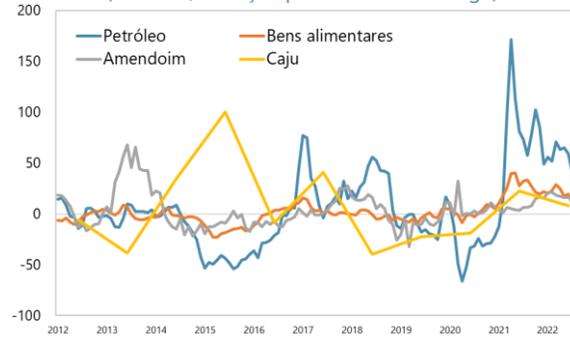
... enquanto o crescimento dos parceiros comerciais diminui...

Crescimento do PIB
(taxa anual de crescimento real em percentagem)



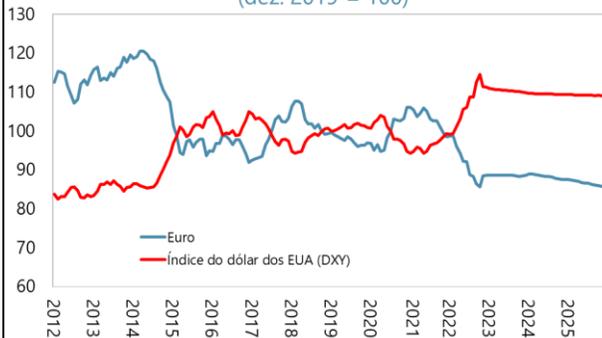
... e o crescimento dos preços das matérias-primas abranda.

Preços das matérias-primas
(em USD, variação percentual homóloga)



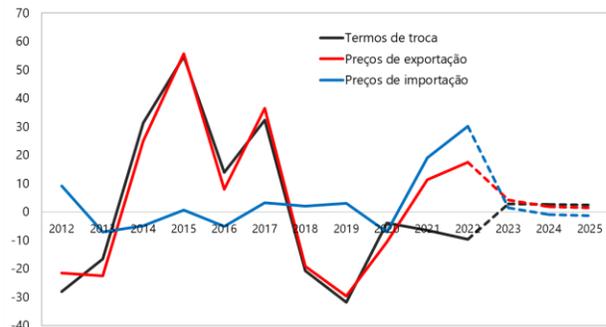
O euro e o franco CFA registaram uma desvalorização considerável face ao dólar dos EUA, sem perspectivas de recuperação...

Taxas de câmbio
(dez. 2019 = 100)



... ao passo que se prevê que os termos de troca se mantenham inalterados.

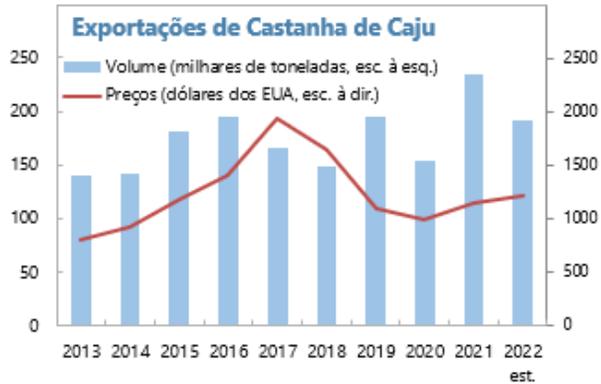
Preços das importações e exportações
(crescimento anual, em percentagem)



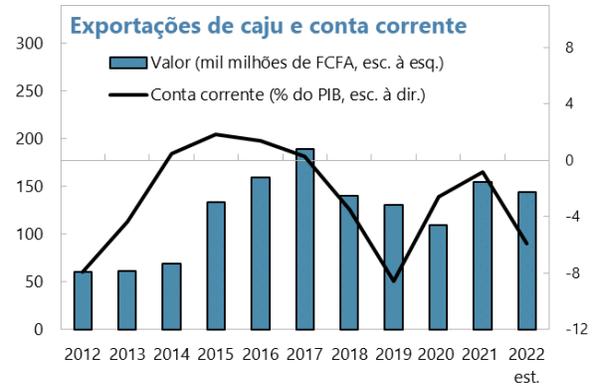
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; BCEAO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Atividade e Preços

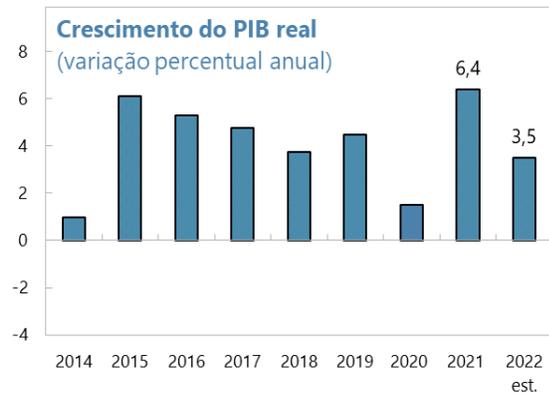
As exportações de caju foram afetadas pelo atraso da campanha de caju (volume) e pela menor procura por parte dos parceiros comerciais (preços)...



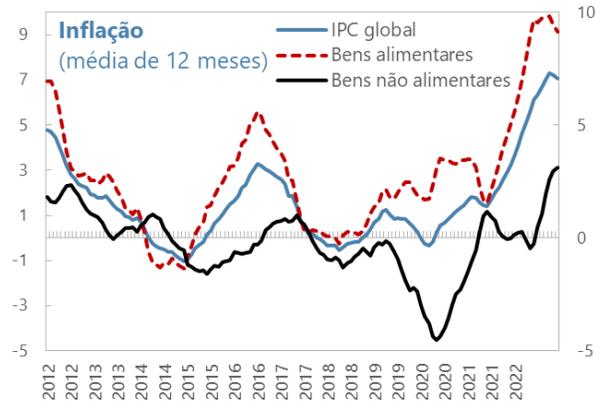
...o que agravou o choque dos termos de troca dos últimos anos e aumentou ainda mais o déficit da conta corrente.



O efeito das recentes inundações graves veio juntar-se à pandemia, resultando numa contração do PIB projetada em 2,4%...



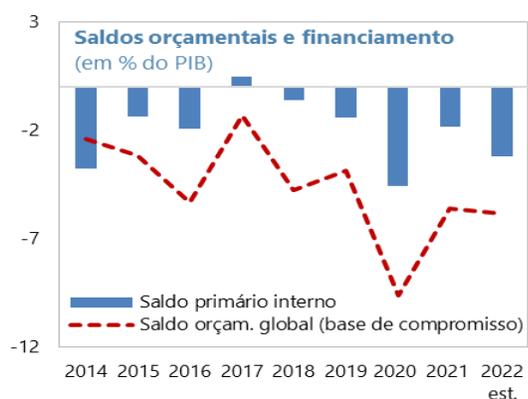
...e no aumento da inflação, uma vez que os preços dos produtos alimentares também refletem perturbações no comércio internacional.



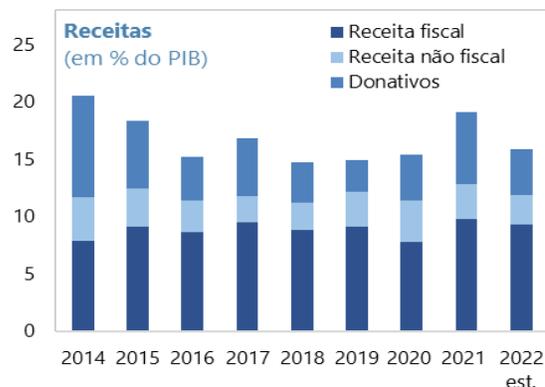
Fontes: Base de dados Google Mobility; Our World in Data; cálculos das autoridades da Guiné-Bissau; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 4. Guiné-Bissau: Evolução Orçamental, Externa e Monetária

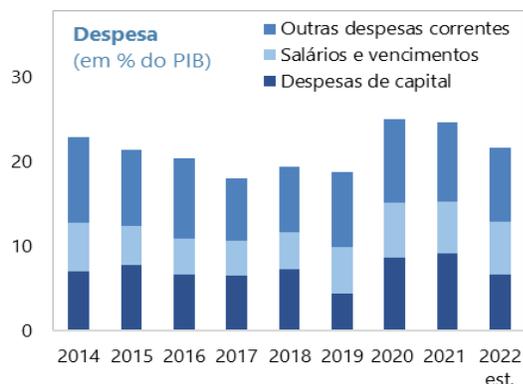
Os saldos orçamentais melhoraram desde 2020...



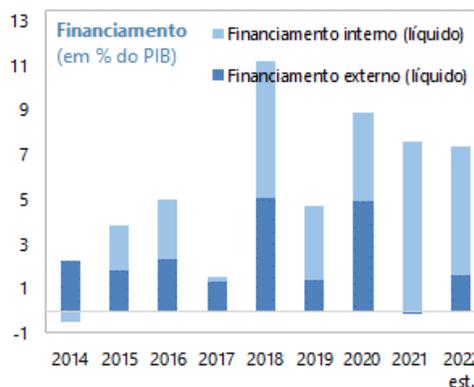
... devido à maior pujança das receitas fiscais...



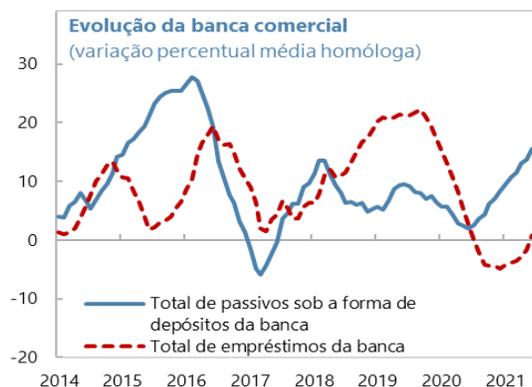
... e a menos despesas...



... resultando em menores necessidades de financiamento, especialmente na região.



O aumento do financiamento regional conduziu à exclusão parcial do crédito bancário ao setor privado.



O financiamento do défice da conta corrente transitou dos fluxos de entrada de investimento para o investimento de carteira (títulos do Tesouro).



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; BCEAO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Econômicos e Financeiros Selecionados, 2020–28

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Est.				Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Contas nacionais e preços									
PIB real a preços de mercado	1,5	6,4	3,5	4,5	5,0	5,0	5,0	5,0	4,5
PIB real <i>per capita</i>	-0,7	4,1	1,2	2,3	2,8	2,9	2,9	2,9	2,4
Deflator do PIB	-1,0	2,7	7,3	5,6	3,1	2,8	2,8	2,8	2,8
Índice de preços no consumidor (média anual)	1,5	3,3	7,9	5,5	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Setor externo									
Exportações, FOB (francos CFA)	-15,6	35,1	-14,3	26,8	11,7	4,5	4,6	4,7	5,4
Importações, FOB (francos CFA)	-9,9	9,7	22,2	8,5	2,3	5,7	4,7	5,4	6,1
Termos de troca (deterioração = -)	-3,9	-6,5	-10,1	-2,6	8,8	2,7	2,1	1,9	1,6
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação -)	2,0	1,5	-1,0
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	574,8	554,2	622,4
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	-5,5	22,7	3,4	15,4	13,0	9,8	10,2	10,0	8,5
Despesas	33,8	8,9	-6,0	5,0	7,3	7,9	7,7	9,8	8,2
Despesas correntes	14,5	3,5	7,9	-5,8	4,7	6,8	8,0	8,2	6,6
Despesas de capital	96,7	19,3	-28,8	31,9	11,9	9,7	7,1	12,6	10,6
Moeda e crédito									
Crédito interno	-1,7	18,5	24,2	8,2	10,8	9,5	6,3	5,9	5,9
Crédito ao governo (líquido)	-19,7	53,4	25,5	4,8	4,1	2,4	-6,2	-7,0	-6,2
Crédito à economia	5,9	7,3	23,7	9,8	13,8	12,4	11,0	10,0	9,0
Ativos internos líquidos	-13,8	21,0	47,2	10,4	13,4	11,5	7,5	6,9	6,8
Agregado monetário (M2)	9,1	21,2	2,9	5,8	7,1	6,4	5,7	6,1	6,1
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)									
Investimento e poupança									
Investimento bruto	17,5	18,3	18,0	17,5	19,6	20,4	21,1	22,1	23,2
D/q: investimento público	5,8	6,4	4,1	4,9	5,1	5,1	5,1	5,3	5,5
Poupança interna bruta	3,3	7,6	1,1	3,3	7,5	8,5	9,6	10,8	12,0
D/q: poupança pública	-7,6	-5,5	-4,5	-2,4	-1,5	-1,2	-1,2	-1,1	-1,0
Poupança nacional bruta	15,0	17,5	9,1	11,2	15,2	16,2	17,0	18,1	19,2
Finanças públicas									
Receitas, excl. donativos	11,4	12,8	11,9	12,5	13,0	13,2	13,5	13,8	13,9
Despesa primária interna	16,0	14,7	15,1	12,7	12,5	12,6	12,9	13,1	13,3
Saldo primário interno	-4,6	-1,9	-3,2	-0,2	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7
Saldo global (base de compromisso)									
Incluindo donativos	-9,6	-5,9	-5,8	-3,8	-3,2	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Excluindo donativos	-13,6	-12,2	-9,2	-7,6	-6,9	-6,7	-6,4	-6,4	-6,4
Conta corrente externa	-2,6	-0,8	-8,9	-6,3	-4,4	-4,2	-4,1	-4,0	-4,0
Excluindo transferências correntes oficiais	-5,7	-3,4	-10,8	-8,7	-6,8	-6,6	-6,2	-6,1	-6,0
Stock da dívida pública e com garantia pública	77,7	78,8	80,5	76,4	73,9	71,6	69,4	67,5	66,2
D/q: dívida externa	41,1	40,3	39,0	35,6	33,7	32,2	30,1	28,3	26,9
Por memória:									
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	875,2	956,3	1062,0	1172,0	1268,7	1369,5	1478,2	1595,6	1714,1
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	21,8	24,5	25,2
(Em % da massa monetária)	33,2	30,2	30,6

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir os atrasados antigos.

Tabela 2a. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2020-28
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Est.			Proj.			
Saldo da balança corrente	-22,4	-7,8	-94,9	-74,0	-55,8	-58,1	-60,9	-63,6	-68,3
Bens e serviços	-119,1	-101,6	-177,1	-161,6	-149,7	-159,2	-166,3	-175,7	-186,1
Bens	-53,8	-27,7	-94,6	-76,7	-61,4	-67,2	-70,7	-76,1	-82,4
Exportações, FOB	123,1	166,3	142,5	180,7	201,8	210,9	220,5	230,9	243,5
D/q: castanha de caju	109,2	154,4	136,5	174,0	194,6	203,1	212,2	221,9	233,8
Importações, FOB	-176,8	-194,0	-237,1	-257,4	-263,2	-278,1	-291,2	-307,1	-325,9
D/q: produtos alimentares	-58,7	-57,6	-60,6	-65,6	-69,4	-74,1	-79,6	-81,7	-87,7
produtos petrolíferos	-30,9	-36,1	-57,8	-59,3	-58,0	-57,9	-60,7	-60,5	-61,8
Serviços	-65,3	-73,9	-82,5	-84,9	-88,3	-91,9	-95,7	-99,5	-103,7
Crédito	10,7	19,4	22,6	24,9	27,0	29,1	31,5	34,0	36,5
Débito	-76,0	-93,3	-105,1	-109,8	-115,3	-121,1	-127,1	-133,5	-140,2
Rendimento	14,5	9,4	6,4	1,4	3,1	5,6	7,6	8,4	9,6
Crédito	22,5	17,3	20,8	22,2	24,7	26,0	28,1	30,0	31,9
D/q: Compensação das pescas da UE	7,6	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9
Outras taxas de licenciamento	10,1	4,9	6,6	7,7	10,0	11,0	12,8	14,4	15,9
Débito	-8,0	-7,9	-14,4	-20,8	-21,6	-20,5	-20,5	-21,6	-22,3
D/q: juros do governo	-7,7	-10,6	-7,4	-13,8	-14,5	-14,8	-16,0	-17,5	-18,7
Transferências correntes (líquidas)	82,2	84,4	75,8	86,1	90,8	95,5	97,9	103,6	108,3
Oficiais	27,8	24,9	20,0	28,4	30,1	31,9	30,4	33,4	35,2
Privadas	54,3	59,5	55,8	57,7	60,7	63,5	67,5	70,3	73,1
D/q: remessas	51,8	56,7	52,7	54,5	57,3	60,0	63,8	66,4	69,1
Conta de capital	6,0	34,7	17,6	17,2	18,4	19,7	21,2	23,2	24,9
D/q: transferências oficiais	5,2	33,6	16,4	16,0	17,2	18,4	19,8	21,8	23,4
Conta financeira	0,8	-22,3	-26,9	-49,1	-31,0	-32,0	-40,1	-45,5	-49,5
IDE	-11,9	-9,8	-9,6	-16,4	-11,7	-12,6	-13,6	-14,7	-15,8
Outros investimentos	12,7	-12,5	-17,3	-32,8	-19,3	-19,4	-26,5	-30,8	-33,7
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	-51,3	-26,5	-20,3	-20,6	-23,5	-25,3	-22,9	-25,7	-27,1
Programas	-22,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projetos	-29,3	-26,4	-20,3	-20,6	-23,5	-25,3	-22,9	-25,7	-27,1
Amortização	11,8	25,5	5,8	18,8	19,5	19,1	16,6	19,4	19,9
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	-46,2	-59,3	-58,1	-43,0	-36,6	-36,7	-43,7	-48,0	-50,1
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	72,2	5,3	-8,6	13,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Outros ativos externos líquidos	26,2	42,4	64,0	-1,0	11,2	13,5	13,5	13,5	13,5
Erros e omissões	-3,2	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-20,3	51,0	-50,4	-7,7	-6,4	-6,5	0,5	5,1	6,2
Financiamento	20,3	-51,0	50,4	7,7	6,4	6,5	-0,5	-5,1	-6,2
Ativos externos líquidos, excl. FMI (aumento -)	20,3	-62,2	53,5	2,8	1,9	1,3	3,1	-1,2	-3,5
Compras do FMI	0,0	11,2	0,0	7,8	7,8	7,9	0,0	0,0	0,0
Recompras do FMI	-2,0	-1,6	-3,1	-2,9	-3,4	-2,7	-3,5	-3,9	-2,7
Donativo para o alívio da dívida no âmbito do CCRT do FMI	2,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>									
Volume das exportações de caju (milhares de toneladas)	155	234	183	235	239	244	249	254	260
Preços de exportação de caju (USD por tonelada)	1.000	1.154	1.200	1.150	1.247	1.271	1.297	1.323	1.349
Volume das importações de bens (variação percentual anual)	-5,7	-5,9	-7,4	11,5	2,5	5,9	4,5	4,8	4,4
Preços do petróleo (internacionais, USD por barril)	41,8	69,2	96,4	81,3	76,8	72,7	69,6	67,0	64,8
Serviço da dívida programado									
Porcentagem de exportações e créditos de serviço	13,5	18,2	6,4	13,0	12,2	10,8	9,7	10,6	9,8
Porcentagem do total da receita pública	18,1	27,7	8,3	18,3	16,8	14,4	12,2	12,7	11,5
Saldo da conta corrente (em % do PIB)	-2,6	-0,8	-8,9	-6,3	-4,4	-4,2	-4,1	-4,0	-4,0
Transferências oficiais (em % do PIB)	3,8	6,1	3,4	3,8	3,7	3,7	3,4	3,5	3,4
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	21,8	24,5	25,2
(Em % do agregado monetário)	33,2	30,2	30,6

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 2b. Guiné-Bissau: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2020-28

(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Proj.						
Requisitos de financiamento	-43,6	-122,0	-70,2	-121,4	-106,9	-110,6	-108,3	-121,5	-129,5
Défice da conta corrente, excl. transferências oficiais	-50,2	-32,7	-114,9	-102,4	-86,0	-90,1	-91,2	-97,0	-103,4
Amortização da dívida pública	-11,8	-25,5	-5,8	-18,8	-19,5	-19,1	-16,6	-19,4	-19,9
Variação dos atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação das reservas oficiais	20,3	-62,2	53,5	2,8	1,9	1,3	3,1	-1,2	-3,5
Recompras do FMI	-2,0	-1,6	-3,1	-2,9	-3,4	-2,7	-3,5	-3,9	-2,7
Financiamento disponível	41,6	108,2	63,7	109,2	94,7	98,3	107,7	120,8	129,5
Donativos para projetos	33,0	57,5	29,8	40,1	43,0	45,9	49,5	54,5	58,6
Investimento direto estrangeiro líquido	11,9	9,8	9,6	16,4	11,7	12,6	13,6	14,7	15,8
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	46,2	59,3	58,1	43,0	36,6	36,7	43,7	48,0	50,1
Credores oficiais	51,3	26,5	20,3	20,6	23,5	25,3	22,9	25,7	27,1
Outros fluxos financeiros líquidos ¹	-100,8	-44,8	-54,2	-10,8	-19,9	-22,2	-22,2	-22,1	-22,0
Necessidades de financiamento	2,0	13,8	6,6	12,1	12,2	12,3	0,7	0,7	0,0
CCRT	2,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Donativos de apoio orçamental	0,0	1,0	6,6	4,4	4,4	4,4	0,7	0,7	0,0
D/q: donativos multilaterais	0,0	0,0	0,0	3,7	3,7	3,8	0,0	0,0	0,0
Desembolsos do FMI	0,0	11,2	0,0	7,8	7,8	7,9	0,0	0,0	0,0
D/q: programa de ECF	0,0	0,0	0,0	7,8	7,8	7,9	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: BCEAO, estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui transferências líquidas de capital privado, variação de ativos externos líquidos dos bancos comerciais e do setor privado não financeiro, alocações de DSE, e erros e omissões.

Tabela 3a. Guiné-Bissau: Operações Consolidadas do Governo Central, 2020-28
(em mil milhões de FCFA)

	2020	2021	2022		2023		2024	2025	2026	2027	2028
			Orçamento	Est.	Orçamento	Proj.					
Receitas e donativos	134,7	182,5	170,8	163,0	190,0	190,5	212,4	231,5	250,0	275,0	297,1
Receita fiscal	67,8	93,5	101,9	99,7	113,7	113,7	129,4	143,2	158,7	175,6	191,2
Receita não fiscal	32,0	28,9	28,4	27,0	32,4	32,4	35,7	38,0	41,1	44,2	47,3
Donativos	35,0	60,1	40,5	36,4	43,9	44,4	47,3	50,3	50,2	55,2	58,6
Apoio orçamental	0,0	1,0	4,9	6,6	3,8	4,4	4,4	4,4	0,7	0,7	0,0
Donativos para projetos	33,0	57,5	35,6	29,8	40,1	40,1	43,0	45,9	49,5	54,5	58,6
Donativos de capital do CCRT	2,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas	219,1	238,7	211,4	224,4	233,4	235,6	252,8	272,7	293,7	322,6	348,9
Despesas correntes	143,4	148,4	140,1	160,2	146,0	150,9	158,0	168,7	182,2	197,1	210,1
Salários e vencimentos ²	57,0	58,2	59,5	66,3	59,0	59,0	62,5	66,1	70,1	75,3	79,5
Bens e serviços ²	25,4	28,7	26,2	27,7	26,5	26,5	27,9	30,2	33,0	35,7	38,6
Transferências ²	27,3	25,9	24,8	23,0	23,5	23,5	23,8	25,8	28,3	31,0	33,3
Juros	13,2	15,3	14,0	14,5	21,0	25,9	27,5	28,8	31,1	33,7	35,8
Outras	20,5	20,2	15,5	28,7	16,0	16,0	16,2	17,8	19,8	21,3	22,9
Aquisição líquida de ativos não financeiros	75,7	90,3	71,4	64,2	87,4	84,7	94,8	104,0	111,5	125,5	138,8
Com financiamento interno	9,9	7,1	15,8	15,2	24,0	24,0	28,4	32,9	39,0	45,3	53,1
Com financiamento externo (incl. BOAD)	65,7	83,1	55,6	49,0	63,4	60,7	66,4	71,2	72,4	80,2	85,7
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-84,3	-56,1	-40,6	-61,4	-43,4	-45,1	-40,4	-41,2	-43,7	-47,6	-51,8
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-119,3	-116,2	-81,2	-97,8	-87,3	-89,5	-87,7	-91,5	-93,9	-102,8	-110,3
Variação dos atrasados	6,5	-9,1	0,0	-6,7	0,0	-4,0	-4,0	-4,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos ³	5,5	-8,2	0,0	-6,7	0,0	-4,0	-4,0	-4,0	0,0	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	9,6	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores (-)	-4,1	-10,2	0,0	-6,7	0,0	-4,0	-4,0	-4,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos liquidados	0,7	-0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,4	-8,5	0,0	-14,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-77,7	-73,5	-40,6	-82,3	-43,4	-49,1	-44,4	-45,2	-43,7	-47,6	-51,8
Financiamento ⁴	77,7	73,5	40,6	82,3	43,4	49,1	44,4	45,2	43,7	47,6	51,8
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulação)	-28,8	9,8	0,0	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos bancários	-12,9	10,6	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO	-1,8	-4,1	0,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais locais	-11,1	14,7	0,0	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros ⁵	-15,9	-0,8	0,0	-1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
D/q: Recapitalização bancária	0,0	0,0	0,0	-1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
Financiamento interno	63,4	62,7	27,9	69,0	52,1	47,3	40,5	39,1	37,4	41,3	44,6
Crédito do BCEAO	-2,8	30,7	11,5	-3,6	0,0	4,4	3,9	2,4	-6,3	-6,7	-5,5
D/q: FMI	-2,0	9,6	11,5	-3,1	0,0	4,9	4,5	5,2	-3,5	-3,9	-2,7
Outro financiamento interno (líquido)	66,2	32,0	16,4	72,7	52,1	43,0	36,6	36,7	43,7	48,0	50,1
Bancos comerciais locais	20,0	-27,2	0,0	14,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais regionais	46,2	59,3	16,4	58,1	52,1	43,0	36,6	36,7	43,7	48,0	50,1
Financiamento externo (líquido)	43,1	1,0	12,7	14,6	-8,8	1,8	3,9	6,2	6,3	6,3	7,2
Desembolsos	54,9	26,5	20,0	20,3	23,4	20,6	23,5	25,3	22,9	25,7	27,1
Projetos	32,9	26,4	20,0	20,3	23,4	20,6	23,5	25,3	22,9	25,7	27,1
Programas	22,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-11,8	-25,5	-7,3	-5,8	-32,1	-18,8	-19,5	-19,1	-16,6	-19,4	-19,9
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
<i>Por memória:</i>											
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁶	-40,3	-17,8	-11,5	-34,2	-2,9	-2,9	6,2	8,5	9,6	11,1	11,2

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Projeto de orçamento aprovado pelo Conselho de Ministros, sujeito a aprovação pela Assembleia Nacional após as eleições de junho de 2023.

² Ajustados aos salários das embaixadas.

³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁴ Financiamento numa base monetária.

⁵ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁶ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Tabela 3b. Guiné-Bissau: Operações Consolidadas do Governo Central, 2020-28

(em percentagem do PIB)

	2020	2021	2022		2023		2024	2025	2026	2027	2028
			Orçamento	Est.	Orçamento ¹	Proj.					
Receitas e donativos	15,4	19,1	16,1	15,4	16,2	16,3	16,7	16,9	16,9	17,2	17,3
Receita fiscal	7,7	9,8	9,6	9,4	9,7	9,7	10,2	10,5	10,7	11,0	11,2
Receita não fiscal	3,7	3,0	2,7	2,5	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Donativos	4,0	6,3	3,8	3,4	3,7	3,8	3,7	3,7	3,4	3,5	3,4
Apoio orçamental	0,0	0,1	0,5	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0
Donativos para projetos	3,8	6,0	3,4	2,8	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Donativos de capital do CCRT	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas	25,0	25,0	19,9	21,1	19,9	20,1	19,9	19,9	19,9	20,2	20,4
Despesas correntes	16,4	15,5	13,2	15,1	12,5	12,9	12,5	12,3	12,3	12,4	12,3
Salários e vencimentos ²	6,5	6,1	5,6	6,2	5,0	5,0	4,9	4,8	4,7	4,7	4,6
Bens e serviços ²	2,9	3,0	2,5	2,6	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Transferências ²	3,1	2,7	2,3	2,2	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Juros	1,5	1,6	1,3	1,4	1,8	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,1
Outras	2,3	2,1	1,5	2,7	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Aquisição líquida de ativos não financeiros	8,6	9,4	6,7	6,0	7,5	7,2	7,5	7,6	7,5	7,9	8,1
Com financiamento interno	1,1	0,7	1,5	1,4	2,0	2,0	2,2	2,4	2,6	2,8	3,1
Com financiamento externo (incl. BOAD)	7,5	8,7	5,2	4,6	5,4	5,2	5,2	5,2	4,9	5,0	5,0
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-9,6	-5,9	-3,8	-5,8	-3,7	-3,8	-3,2	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-13,6	-12,2	-7,6	-9,2	-7,4	-7,6	-6,9	-6,7	-6,4	-6,4	-6,4
Variação dos atrasados	0,7	-1,0	0,0	-0,6	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0
Atrasados internos ³	0,6	-0,9	0,0	-0,6	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0
Acumulação no ano corrente	1,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamentos de anos anteriores (-)	-0,5	-1,1	0,0	-0,6	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0
Atrasados externos líquidos	0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Float e discrepâncias estatísticas	0,0	-0,9	0,0	-1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-8,9	-7,7	-3,8	-7,7	-3,7	-4,2	-3,5	-3,3	-3,0	-3,0	-3,0
Financiamento ⁴	8,9	7,7	3,8	7,7	3,7	4,2	3,5	3,3	3,0	3,0	3,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulação)	-3,3	1,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos bancários	-1,5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BCEAO	-0,2	-0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais locais	-1,3	1,5	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros ⁵	-1,8	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
D/q: Recapitalização bancária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
Financiamento interno	7,2	6,6	2,6	6,5	4,4	4,0	3,2	2,9	2,5	2,6	2,6
Crédito do BCEAO	-0,3	3,2	1,1	-0,3	0,0	0,4	0,3	0,2	-0,4	-0,4	-0,3
D/q: FMI	-0,2	1,0	1,1	-0,3	0,0	0,4	0,4	0,4	-0,2	-0,2	-0,2
Outro financiamento interno (líquido)	7,6	3,4	1,5	6,8	4,4	3,7	2,9	2,7	3,0	3,0	2,9
Bancos comerciais locais	2,3	-2,8	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bancos comerciais regionais	5,3	6,2	1,5	5,5	4,4	3,7	2,9	2,7	3,0	3,0	2,9
Financiamento externo (líquido)	4,9	0,1	1,2	1,4	-0,7	0,2	0,3	0,5	0,4	0,4	0,4
Desembolsos	6,3	2,8	1,9	1,9	2,0	1,8	1,8	1,8	1,5	1,6	1,6
Projetos	3,8	2,8	1,9	1,9	2,0	1,8	1,8	1,8	1,5	1,6	1,6
Programas	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-1,3	-2,7	-0,7	-0,5	-2,7	-1,6	-1,5	-1,4	-1,1	-1,2	-1,2
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
<i>Por memória:</i>											
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁶	-4,6	-1,9	-1,1	-3,2	-0,2	-0,2	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Projeto de orçamento aprovado pelo Conselho de Ministros, sujeito a aprovação pela Assembleia Nacional após as eleições de junho de 2023.² Ajustados aos salários das embaixadas.³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.⁴ Financiamento numa base monetária.⁵ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.⁶ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2020–26¹

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
			Prel.		Proj.		
	(Mil milhões de FCFA)						
Ativos externos líquidos	271,5	329,4	270,3	275,7	279,3	282,8	293,2
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	164,2	216,7	166,3	158,6	152,2	145,7	146,2
Bancos comerciais	107,3	112,6	104,0	117,0	127,0	137,0	147,0
Ativos internos líquidos	127,7	154,5	227,5	251,1	284,6	317,3	341,2
Crédito ao governo (líquido)	47,2	72,5	90,9	95,3	99,2	101,6	95,3
BCEAO	40,2	66,8	64,8	69,2	73,1	75,5	69,2
Depósitos (-)	0,9	5,5	5,8	5,8	5,8	5,8	5,8
Crédito	41,1	72,3	70,6	75,0	78,9	81,3	75,0
Bancos comerciais	7,0	5,6	26,1	26,1	26,1	26,1	26,1
Depósitos (-)	25,0	26,2	24,8	24,8	24,8	24,8	24,8
Crédito	32,0	31,8	50,9	50,9	50,9	50,9	50,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito à economia	147,1	157,9	195,3	214,5	244,1	274,4	304,6
Outras rubricas (líquido)	-66,6	-75,8	-58,7	-58,7	-58,7	-58,7	-58,7
Massa monetária (M2)	399,2	483,9	497,9	526,7	563,9	600,1	634,4
Moeda em circulação fora dos bancos	246,5	305,6	297,7	314,9	337,1	358,8	379,3
Depósitos bancários	152,7	178,3	200,2	211,8	226,7	241,3	255,1
Base monetária (M0)	274,7	350,4	324,1	342,9	367,1	390,7	413,0
	(Variação percentual do agregado monetário no início do período)						
Contributo ao crescimento do agregado monetário (M2)							
Ativos externos líquidos	14,7	14,5	-12,2	1,1	0,7	0,6	1,7
BCEAO	-5,0	13,2	-10,4	-1,5	-1,2	-1,2	0,1
Bancos comerciais	19,7	1,3	-1,8	2,6	1,9	1,8	1,7
Ativos internos líquidos	-5,6	6,7	15,1	4,7	6,4	5,8	4,0
Crédito ao governo central	-3,2	6,3	3,8	0,9	0,7	0,4	-1,1
Crédito à economia	2,3	2,7	7,7	3,9	5,6	5,4	5,0
Outras rubricas (líquido)	-4,7	-2,3	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>							
Agregado monetário (M2, variação percentual anual)	9,1	21,2	2,9	5,8	7,1	6,4	5,7
Base monetária (M0, variação percentual anual)	6,2	27,6	-7,5	5,8	7,1	6,4	5,7
Crédito à economia (variação percentual anual)	5,9	7,3	23,7	9,8	13,8	12,4	11,0
Velocidade (PIB/M2)	2,2	2,0	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,5	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira Selecionados, 2017–22¹

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 Jun.	Excluindo o banco subcapitalizado			
							2020 Dez.	2021 Jun.	2021 Dez.	2022 Jun.
Adequação dos fundos próprios										
Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco	2,2	-5,4	-2,0	-3,6	-2,1	-3,0	25,6	21,7	25,5	21,4
Fundos próprios de nível 1/ativos ponderados pelo risco	1,8	-5,5	-2,0	-3,6	-2,1	-3,0	25,6	21,7	25,5	21,4
Provisões/ativos ponderados pelo risco	27,6	29,8	26,0	20,4	20,8	16,8	2,3	2,7	8,0	3,5
Fundos próprios/total dos ativos	1,0	-2,0	-0,7	-1,3	-0,7	-1,1	12,8	12,7	7,2	11,4
Composição e qualidade dos ativos										
Total de empréstimos/total dos ativos	40,1	50,5	46,7	40,4	38,1	45,1	36,5	44,7	36,8	42,3
Concentração: empréstimos aos 5 maiores mutuários/fundos próprios	831,7	-316,1	-748,5	-379,3	-1689,3	-353,8	216,5	142,8
Distribuição setorial dos empréstimos										
Agricultura e pescas	0,9	0,5	0,5	0,8	1,4	1,5	0,8	1,1
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	1,2	1,1	0,8	0,0	0,8
Indústria de transformação	0,4	0,7	0,7	15,7	14,8	15,4	18,1	17,9
Eletricidade, água e gás	1,1	0,7	0,7	10,5	10,7	4,9	0,0	0,1
Construção	1,7	1,7	1,7	7,7	8,1	3,2	8,4	10,0
Comércio por grosso e a retalho, restauração e hotelaria	29,7	29,4	29,4	25,2	24,1	40,5	54,0	57,1
Transportes e comunicações	1,1	1,1	1,1	7,1	7,4	7,1	7,0	9,1
Seguros, serviços imobiliários e serviços às empresas	8,4	8,2	8,2	1,1	1,1	1,0	0,7	0,8
Outros serviços	56,7	57,8	57,8	30,7	31,5	25,6	10,9	19,6
Créditos não produtivos brutos/total de empréstimos	37,4	26,3	25,4	21,8	19,4	14,6	10,3	6,5	9,0	6,4
Provisões gerais/crédito malparado bruto	64,8	67,3	65,3	68,8	80,8	82,0	35,2	54,5	64,1	69,5
Créditos não produtivos líquido/total de empréstimos	17,4	10,5	10,6	8,0	4,4	3,0	2,1	3,4	3,4	2,2
Créditos não produtivos líquidos/fundos próprios	694,6	-268,1	-680,0	-257,0	-240,7	-122,5	16,7	12,0	17,5	8,0
Lucros e rentabilidade										
Custo médio dos créditos contraídos	1,6	1,7	0,9	1,9	1,3	1,3	...
Taxa de juro média dos empréstimos	10,2	8,7	9,7	9,4	7,4	7,4	...
Margem de juro média ¹	8,5	7,0	8,8	7,5	6,1	6,1	...
Rendibilidade média dos ativos após impostos (ROA)	-0,4	0,8	4,2	0,5	0,7	...	1,8	1,2	1,5	...
Rendibilidade média dos capitais próprios após impostos (ROE)	-10,8	17,2	77,2	6,5	8,7	...	13,8	9,4	11,2	...
Despesas não relacionadas com juros/produto bancário líquido	79,3	71,3	75,5	71,0	67,3	61,6	...
Despesas com pessoal/produto bancário líquido	33,8	28,6	32,1	32,0	29,2	26,7	...
Liquidez										
Ativos líquidos/total de ativos	15,0	19,6	18,9	17,3	18,0	27,5	20,1	21,1
Ativos líquidos/total de depósitos	25,3	32,7	35,9	30,4	31,3	49,6	44,4	50,2
Total de empréstimos/total de depósitos	89,1	102,5	106,5	83,6	78,9	92,4	92,5	103,8	86,0	96,2
Total de depósitos/total do passivo	59,4	59,9	52,6	56,9	57,3	55,4	39,4	43,0	45,3	44,0
Fonte: BCEAO.										
¹ Excluindo o imposto sobre operações bancárias.										

Tabela 6. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao Fundo¹, 2023–35

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042
	Projeções																			
(em milhões de DSE, salvo indicação em contrário)																				
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente																				
Capital	3.23	4.12	3.41	4.26	4.66	3.38	3.31	3.31	1.89	0.47	0.24	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Encargos e juros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações perante o FMI com base no crédito existente e previsto																				
Capital	3.23	4.12	3.41	4.26	4.66	3.62	4.97	5.92	5.21	3.79	3.32	1.66	0.71	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Encargos e juros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações totais com base no crédito existente e previsto																				
Em milhões de DSE	3.23	4.12	3.41	4.26	4.66	3.62	4.97	5.92	5.21	3.79	3.32	1.66	0.71	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Em mil milhões de FCFA	2.65	3.41	2.84	3.58	3.95	3.11	4.27	5.09	4.48	3.26	2.86	1.43	0.61	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem da receita pública	1.82	2.06	1.57	1.79	1.80	1.30	1.67	1.85	1.51	1.02	0.84	0.39	0.16	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem das exportações de bens e serviços	1.29	1.49	1.18	1.42	1.49	1.11	1.44	1.64	1.38	0.96	0.80	0.38	0.16	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem do serviço da dívida	9.91	12.26	10.92	14.67	14.10	11.31	15.18	17.61	15.17	11.39	9.65	4.87	2.05	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem do PIB	0.23	0.27	0.21	0.24	0.25	0.18	0.23	0.26	0.22	0.15	0.12	0.06	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem da quota	11.37	14.51	12.01	15.00	16.41	12.75	17.50	20.85	18.35	13.35	11.69	5.85	2.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saldo em dívida com o FMI																				
Em milhões de DSE	36.17	36.79	38.12	33.86	29.20	25.59	20.61	14.69	9.48	5.69	2.37	0.71	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Em mil milhões de FCFA	29.70	30.43	31.77	28.45	24.75	22.01	17.72	12.63	8.15	4.89	2.04	0.61	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem da receita pública	20.33	18.43	17.53	14.24	11.26	9.22	6.93	4.60	2.75	1.53	0.60	0.17	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem das exportações de bens e serviços	14.44	13.30	13.24	11.29	9.34	7.86	5.99	4.08	2.51	1.44	0.57	0.16	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem do serviço da dívida	110.94	109.46	122.08	116.62	88.33	79.98	62.93	43.69	27.61	17.10	6.89	2.08	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem do PIB	2.53	2.40	2.32	1.92	1.55	1.28	0.97	0.65	0.39	0.22	0.09	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Porcentagem da quota	127.35	129.54	134.23	119.23	102.83	90.09	72.58	51.73	33.38	20.03	8.35	2.50	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Uso líquido do crédito do FMI																				
Desembolsos	9.47	9.48	9.49	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-1.66	-0.71	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Reembolsos e recompras	3.23	4.12	3.41	4.26	4.66	3.62	4.97	5.92	5.21	3.79	3.32	1.66	0.71	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Por memória:																				
PIB nominal	1,172.0	1,268.7	1,369.5	1,478.2	1,595.6	1,714.1	1,827.0	1,947.4	2,075.8	2,212.6	2,347.1	2,489.8	2,641.2	2,801.7	2,972.1	3,152.8	3,344.5	3,547.8	3,763.5	3,992.4
Exportações de bens e serviços	205.6	228.8	240.0	252.0	264.9	280.0	296.0	309.7	324.2	339.3	354.9	371.2	388.3	405.5	423.5	442.3	462.1	482.7	504.2	526.8
Receita pública	146.1	165.1	181.2	199.8	219.8	238.5	255.7	274.8	296.7	319.2	341.3	364.8	390.8	418.2	446.7	476.6	508.6	541.5	576.6	614.2
Serviço da dívida externa	26.8	27.8	26.0	24.4	28.0	27.5	28.2	28.9	29.5	28.6	29.6	29.3	29.8	29.8	31.0	31.5	32.7	29.5	31.2	32.8
FCFA/DSE (média do período)	821.1	827.2	833.4	840.2	847.6	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9	859.9
Quota (em milhões de DSE)	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4

Fonte: estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Tem em consideração o donativo do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT), que o Conselho de Administração aprovou em 13 de abril e 5 de outubro de 2020, para cobrir as obrigações até abril de 2021. No entanto, não é considerado nenhum futuro donativo do CCRT para cobrir as obrigações até abril de 2022.

Tabela 7. Guiné-Bissau: Perfil do Titular de Dívida Pública, 2022-24
(em milhões de USA, salvo indicação em contrário)

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	2022			2022	2023	2024	2022	2023	2024
	(Em milhões de USD)	(Em % do total da dívida)	(% do PIB) ⁵	(Em milhões de USD)			(Em percentagem do PIB)		
Total	1.379,6	100,0	80,5	165,7	192,8	127,6	9,7	10,1	6,2
Externa	669,0	48,5	39,0	17,0	43,8	44,7	1,0	2,3	2,2
Credores multilaterais ²	534,4	38,7	31,2	13,9	39,2	40,5	0,8	2,0	2,0
FMI	40,5	2,9	2,4						
Banco Mundial	187,4	13,6	10,9						
BAfD	53,9	3,9	3,1						
BOAD	202,0	14,6	11,8						
Outros multilaterais	50,6	3,7	3,0						
<i>d/q: Banco Islâmico de Desenvolvimento</i>	21,4	1,6	1,2						
<i>BADEA</i>	9,4	0,7	0,6						
Credores bilaterais	134,6	9,8	7,9	3,0	4,6	4,1	0,2	0,2	0,2
Clube de Paris	9,8	0,7	0,6	0,3	1,3	1,4	0,0	0,1	0,1
<i>d/q: Brasil</i>	1,9	0,1	0,1						
<i>Rússia</i>	1,5	0,1	0,1						
Não pertencentes ao Clube de Paris	124,8	9,0	7,3	2,7	3,3	2,7	0,2	0,2	0,1
<i>d/q: Angola</i>	49,1	3,6	2,9						
Kuwait	28,9	2,1	1,7						
Interna	710,5	51,5	41,4	148,7	149,0	82,9	8,7	7,8	4,0
Detida por residentes, total	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Detidos por não residentes, total	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bilhetes do Tesouro regionais	405,8	29,4	23,7	116,5	93,3	70,8	6,8	4,9	3,4
BCEAO	209,8	15,2	12,2	1,2	1,2	1,2	0,1	0,1	0,1
Empréstimos dos bancos comerciais locais ³	75,2	5,4	4,4	20,3	47,9	4,3	1,2	2,5	0,2
Atrasados de pagamentos	19,7	1,4	1,2	10,7	6,6	6,6	0,6	0,3	0,3
Por memória:									
Dívida garantida ⁴	0,0	0,0	0,0						
Passivos contingentes	32,2	2,3	1,9						
Garantias públicas	32,2	2,3	1,9						
PIB nominal	1.706,3			1.706,3	1.916,9	2.061,5			

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais. A cobertura da dívida é a mesma que na ASD.

2/ Por "credores multilaterais" entende-se instituições com mais de um acionista oficial, mas tal designação não está necessariamente alinhada com a classificação dos credores no âmbito de outras políticas do FMI (por ex., a concessão de crédito a países com pagamentos em mora).

3/ Incluindo garantias públicas.

4/ Uma dívida é garantida quando o credor possui direitos sobre um ativo ou fluxo de receitas que lhe permitam, em caso de incumprimento por parte do mutuário, utilizar o ativo ou fluxo de receitas para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma de assegurar o reembolso do empréstimo. Uma garantia é "não ligada" quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o défice orçamental, garantido por receitas petrolíferas. A nota conjunta do FMI e do Banco Mundial para o G-20 intitulada "Collateralized Transactions Key Considerations for Public Lenders and Borrowers" contém uma análise das questões ligadas ao uso de garantias.

5/ Calculado com base nos montantes em francos CFA.

Tabela 8. Critérios de Desempenho Quantitativos (CDQ) e Metas Indicativas (MI) ao abrigo do Acordo ECF, 2022-24
(acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2022			2023			2024				
	MI	Est.	Situação atual	CDQ	Est.	Situação atual	CDQ	Est.	Situação atual		
										Dez.	Jan.
Total da receita fiscal interna (mínimo)	100,5	99,7	Não cumprido	5,4	6,6	Cumprido	21,4	53,8	87,1	113,7	24,3
Salários e vencimentos (máximo)	65,5	66,3	Não cumprido	5,7	4,9	Cumprido	14,3	27,8	41,8	59,0	15,1
Limite máximo da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (em milhões de USD) ^{1,2}	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, teto) ¹	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Novos atrasados internos (máximo)	0,0	0,0	Cumprido	0,0	1,8	Não cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas sociais e prioritárias (mínimo) ³	55,2	65,9	Cumprido	2,5	3,1	Cumprido	12,5	26,0	38,8	51,6	13,5
Saldo primário interno (base de compromissos, mínimo) ⁴	-30,1	-34,2	Não cumprido	-4,3	-3,5	Cumprido	-10,8	-6,3	-5,7	-2,9	1,2
Despesas não tituladas (DNT, máximo)	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:											
Novos empréstimos concessionais ⁵	20,7	20,3		7,0	1,9		11,7	18,7	21,0	23,4	10,3

¹ Aplicáveis numa base contínua.

² O limite máximo será ajustado em alta pelo montante de financiamento do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do BOAD, em conformidade com o MTE.

³ Definidas como as despesas do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

⁵ Exclui desembolsos do FMI.

Tabela 9. Indicadores de Referência Estruturais

Medidas	Fundamentação	Situação atual	Data
<p>Gestão das Finanças Públicas</p> <p><i>Controlo da despesa e massa salarial/gestão de tesouraria</i></p> <p>Realização de reconciliações durante o ano (trimestrais) entre os registos do pessoal e da folha de pagamentos. Aprovação em Conselho de Ministros de um plano de pessoal plurianual para 2023–2025 em linha com os parâmetros do programa e publicação por parte do Ministério da Administração Pública de um relatório com os resultados do recenseamento da função pública e implementação das ações corretivas relativas aos trabalhadores em situação irregular. Emissão de um despacho ministerial sobre a composição revista do Comité de Tesouraria, incluindo a participação ativa do Ministério das Pescas. Estabelecimento de uma interface entre os sistemas do Tesouro, do BCEAO e dos bancos comerciais e classificação das contas bancárias do Estado em função das que devem ser encerradas, mantidas ou integradas na CUT. Criação de uma unidade dedicada às operações de gestão de tesouraria e revisão da missão do Comité de Tesouraria para que possa aprovar as previsões de caixa com um horizonte trimestral ou maior. Concluir contratação pública para todas as compras dos quatro itens alimentícios (arroz, óleo vegetal, carne e peixe) e combustíveis, bem como obter aprovação do Ministério das Finanças. Execução das despesas a partir da CUT, começando com a massa salarial. Revisão dos processos e das metodologias das previsões, melhorando as previsões sobre os fluxos de caixa.</p>	<p>Controlo da massa salarial</p> <p>Controlo da massa salarial</p> <p>Mobilização de receitas/Gestão de tesouraria</p> <p>Controlo da despesa</p> <p>Gestão de tesouraria</p> <p>Controlo da despesa/Transparência na contratação pública</p> <p>Controlo da despesa/ controlo da massa salarial</p> <p>Gestão de tesouraria</p>	<p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p>	<p>Março de 2023/continuo</p> <p>Junho de 2023</p> <p>Março de 2023</p> <p>Setembro de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Março 2024</p> <p>Junho de 2024/continuo</p> <p>Junho de 2025</p>
<p><i>Fiscalização das empresas públicas e mitigação dos riscos orçamentais</i></p> <p>Criação por despacho ministerial e implementação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sob a tutela do MIF para monitorizar e supervisionar as empresas públicas, incluindo os recursos e os poderes adequados ao seu funcionamento. Preparação e publicação de relatórios trimestrais e anuais sobre o desempenho das empresas públicas, começando pelas mais relevantes. Concluir a instalação de 10 000 contadores pré-pagos nos principais clientes de eletricidade que usam medidores pós-pagos Concluir a instalação adicional de 25 000 contadores pré-pagos nos principais clientes de eletricidade que usam medidores pós-pagos Preparação de um relatório com a estratégia para restabelecer a viabilidade financeira da EAGB, incluindo um plano de ação e o restabelecimento de um departamento de contabilidade funcional (para evitar a contratação de terceiros para a preparação das contas). Conclusão e publicação de um relatório de auditoria ao contrato de aquisição de energia da EAGB e respetivas adendas.</p>	<p>Fiscalização das empresas públicas</p> <p>Fiscalização das empresas públicas</p> <p>Fiscalização das empresas públicas/EAGB</p> <p>Fiscalização das empresas públicas/transparência fiscal</p> <p>Gestão dos investimentos públicos</p>	<p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p>	<p>Março de 2023</p> <p>Junho de 2023/ de dezembro de 2024¹</p> <p>Junho de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Setembro de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p>
<p><i>Programa de investimentos públicos</i></p> <p>Criação em Excel de uma base de dados sobre o PIP a médio prazo, centralizando todas as informações quantitativas incluídas nas Fichas de Projeto que serão usadas para elaborar e melhorar o PIP, em consonância com a estratégia orçamental de médio prazo e o orçamento anual.</p>	<p>Gestão dos investimentos públicos</p>	<p>Cumprido</p>	<p>Dezembro de 2023</p>
<p>Mobilização de receitas</p> <p>Aprovação pelo Conselho de Ministros e envio à Assembleia Nacional:</p> <p>i) da lei revista sobre o regime geral de isenções; e</p> <p>ii) das leis revistas sobre o imposto sobre o rendimento e os impostos de selo.</p> <p>Preparação de um relatório com um plano de ação para reforçar a transparência e a eficiência do regime orçamental para a gestão dos recursos naturais.</p>	<p>Reforço do regime fiscal</p> <p>Reforço do regime fiscal</p> <p>Mobilização de receitas</p>	<p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p>	<p>Dezembro de 2023</p> <p>Junho de 2025</p> <p>Junho de 2024</p>
<p>Combate à corrupção e Estado de direito</p> <p>Envio novamente à Assembleia Nacional da Lei relativa à reforma do Regime de Declaração de Ativos, após as eleições. Emissão de diretrizes para facilitar a aplicação do decreto de 2022 relativo às informações dos beneficiários efetivos dos contratos públicos adjudicados. Emissão de um despacho ministerial a obrigar todas as entidades governamentais a apresentarem um tarifário de taxas e encargos (incluindo taxas dos tribunais e cartórios) em 2023. Publicação no site Web do governo de uma lista de todas as taxas e encargos impostos pelos ministérios e instituições governamentais, incluindo taxas dos tribunais e cartórios, no quadro do orçamento de 2024. Criar um site Web para o CAJ que inclua uma base de dados sobre a legislação fundamental e informações para aumentar a literacia e a sensibilização jurídicas</p>	<p>Reforço do quadro anticorrupção</p> <p>Reforço da transparência da contratação pública/controlo da despesa</p> <p>Reforço do Estado de direito/gestão de tesouraria</p> <p>Reforço do Estado de direito/gestão de tesouraria</p> <p>Reforço do Estado de direito</p>	<p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p> <p>Cumprido</p>	<p>Setembro de 2023</p> <p>Março de 2023</p> <p>Março de 2023</p> <p>Dezembro de 2023</p> <p>Março de 2024</p>

Tabela 10. Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2023–25

Data de disponibilidade	Desembolsos		Condições para o desembolso
	Em milhões de DSE	Em % da quota	
30 de janeiro de 2023	2,37	8,3	Aprovação do acordo de ECF trienal por parte do Conselho de Administração.
17 de abril de 2023	2,37	8,3	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de janeiro de 2023 e conclusão da primeira avaliação ao abrigo do acordo.
17 de julho de 2023	2,37	8,3	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de março de 2023 e conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2023	2,37	8,3	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2023 e conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo.
17 de abril de 2024	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2023 e conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2024	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2024 e conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de abril de 2025	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2024 e conclusão da sexta avaliação ao abrigo do acordo.
17 de outubro de 2025	4,73	16,7	Cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2025 e conclusão da sétima avaliação ao abrigo do acordo.
Total de desembolsos	28,40	100,0	

Fonte: estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Natureza/fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar riscos
Riscos externos			
<p>Intensificação dos conflitos regionais. A escalada da guerra da Rússia na Ucrânia ou outros conflitos regionais e as sanções económicas daí resultantes perturbam o comércio (por exemplo, nos domínios da energia, produtos alimentares, turismo e/ou componentes críticos da cadeia de abastecimento), as remessas, os fluxos de refugiados, o IDE e os fluxos financeiros, bem como os sistemas de pagamento.</p> <p>Aprofundamento da fragmentação geoeconómica. O alargamento e agravamento dos conflitos e o enfraquecimento da cooperação internacional aceleram a reconfiguração do comércio e do IDE e conduzem a perturbações do lado da oferta, fragmentação dos sistemas tecnológicos e de pagamentos, aumento dos custos dos fatores de produção, instabilidade financeira, rutura dos sistemas monetários e financeiros internacionais e um menor crescimento potencial.</p>	Alta	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, da revisão das despesas e da mobilização de receitas para novas políticas destinadas a mitigar os choques do lado da oferta na economia. • Dar prioridade e orientar a despesa pública para os grupos mais vulneráveis da população. • Rever e redefinir as prioridades das isenções fiscais para programas com um maior impacto económico e social. Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.
<p>Abrandamento repentino ou recessão à escala mundial. A combinação de fatores de risco globais e idiossincráticos causa um acentuado e sincronizado abrandamento do crescimento, com recessões imediatas em alguns países, repercussões adversas por via dos canais comerciais e financeiros e fragmentação dos mercados.</p> <p>Europa: A intensificação das consequências da guerra na Ucrânia, o agravamento da crise energética e das ruturas no aprovisionamento, e a contração monetária acentuam as recessões económicas e as correções do mercado imobiliário.</p> <p>China: Perturbações económicas maiores do que as antecipadas devido ao ressurgimento da COVID, ao aumento das tensões geopolíticas e/ou a um abrandamento mais acentuado no setor imobiliário prejudicam a atividade económica.</p> <p>Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento: Uma nova fase de contração financeira a nível global, possivelmente combinada com a volatilidade dos preços das matérias-primas, conduz a um aumento dos prémios de risco, a sobre-endividamento, ao agravamento dos desequilíbrios externos, a pressões orçamentais e a interrupções súbitas.</p>	Média	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Rever e redefinir as prioridades da despesa pública direcionando-a para programas com um maior impacto económico e social. • Criar espaço orçamental para resolver as vulnerabilidades financeiras. • Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.

A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos no cenário de base (“baixa” = probabilidade abaixo dos 10%; “média” = probabilidade entre os 10% e 30% e “alta” = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre as fontes de riscos e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e o cenário conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

Natureza/fontes de risco	Probabilidade de relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar riscos
Riscos externos			
<p>Erros de calibração da política monetária. Num contexto de elevada incerteza e volatilidade económica, os principais bancos centrais abrandam as condições restritivas da política monetária ou passam a flexibilizar prematuramente a orientação da política monetária, desancorando as expectativas de inflação e desencadeando uma espiral salários-preços em mercados de trabalho rígidos.</p>	Média	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar a política orçamental para ancorar as expectativas dos agentes económicos. • Dar prioridade e orientar a despesa pública para os grupos mais vulneráveis da população. • Acompanhar os riscos macrofinanceiros.
<p>Volatilidade dos preços das matérias-primas. Uma sucessão de perturbações no lado da oferta (por exemplo, devido a conflitos e restrições às exportações) e de flutuações da procura (por exemplo, refletindo a reabertura da China) provoca uma volatilidade recorrente dos preços das matérias-primas, pressões externas e orçamentais e instabilidade social e económica.</p>	Média	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, revisão das despesas e mobilização de receitas fiscais. • Dar prioridade e orientar a despesa pública para os grupos mais vulneráveis da população. • Incentivar a diversificação da economia.
<p>Outros movimentos adversos dos preços da castanha de caju. Uma recuperação dos preços do produto de exportação dominante inferior à projetada prejudicaria a recuperação económica.</p>	Média	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar as despesas públicas para compensar a diminuição das receitas. • Intensificar os esforços de diversificação.
<p>Ameaças cibernéticas. Os ciberataques a infraestruturas críticas, físicas ou digitais e nacionais e/ou internacionais (incluindo a moeda digital e os ecossistemas criptográficos) desencadeiam instabilidade financeira e económica.</p>	Média	Médio/CP, MP	<ul style="list-style-type: none"> • Criar planos de contingência para os ciberataques. • Avaliar o risco e o impacto dos ciberataques nos serviços públicos.

Natureza/fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar riscos
Riscos internos			
<p>Descontentamento social e riscos políticos. Os choques de oferta, a inflação elevada, as quedas dos salários reais e as repercussões de crises noutros países agravam a desigualdade, desencadeiam agitação social e tensões políticas e dão origem a pressões de financiamento e a políticas populistas prejudiciais. Esta situação agrava os desequilíbrios e abranda o crescimento.</p>	Alta	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atraso no ajustamento orçamental. • Instabilidade política. • Fluxos de entrada de financiamento limitados e atraso nos projetos de investimento. • Perturbações no abastecimento e menor confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dar prioridade e orientar a despesa pública para os grupos mais vulneráveis da população. • Criar espaço orçamental através do controlo da massa salarial, revisão das despesas e mobilização de receitas fiscais. • Mobilizar donativos adicionais e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.
<p>Instabilidade financeira sistémica. As oscilações bruscas das taxas de juro reais, dos prémios de risco e da reavaliação dos ativos no contexto de abrandamentos económicos e de mudanças de políticas conduzem a insolvências nos países com bancos fracos, causando perturbações nos mercados. A instabilidade bancária interna pode também resultar de um elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização dos bancos.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • A concessão limitada de crédito prejudica o investimento e o crescimento. • Potenciais passivos contingentes que acrescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a supervisão bancária e a aplicar a regulamentação prudencial. • Melhorar os processos e procedimentos de cobrança de dívidas e de garantias. • Criar espaço orçamental para absorver os choques financeiros.
<p>Deficiências persistentes no setor empresarial do Estado. A EAGB, em particular, tem constituído um problema de longa data.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento limitado e oneroso de eletricidade e água. • Potenciais passivos contingentes que acrescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. • Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas.
<p>Eventos climáticos extremos. Os fenómenos climáticos extremos provocam danos mais graves que os esperados nas infraestruturas (especialmente nas economias vulneráveis de menor dimensão) e a perda de vidas humanas e de meios de subsistência, amplificando as perturbações nas cadeias de abastecimento e as pressões inflacionistas, causando escassez de água e de alimentos e reduzindo o crescimento.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção de castanha de caju é prejudicada, o que deteriora os meios de subsistência das populações nas zonas rurais e intensifica a pobreza extrema e as desigualdades. • Despesas de recuperação mais elevadas, custos de financiamento superiores e menos receitas. • Perturbações no abastecimento e menos confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar a economia. • Colmatar os défices em matéria de infraestruturas e as disparidades regionais de rendimento/ desenvolvimento, instituindo, simultaneamente, redes de segurança social apropriadas. • Promover o investimento em infraestruturas resilientes às alterações climáticas.

Anexo II. Planos de Ação para as Reformas em Matéria de Governação

1. O presente Anexo descreve os planos de ação para as reformas em matéria de governação, com base nos resultados obtidos no âmbito do SMP. Estes planos de ação visam complementar os IRE no domínio da governação, indicando os passos ou as medidas intercalares que irão aumentar a eficácia das reformas. Muitas medidas incluídas nos planos de ação dão continuidade às reformas que foram levadas a cabo ou iniciadas durante o SMP (Tabela 1). Os planos de ação centram-se nas reformas nas áreas onde o FMI tem um envolvimento considerável em matéria de desenvolvimento de capacidades (DC) da Guiné-Bissau: i) a administração das receitas; ii) a GFP; e iii) o CBC/FT e a contratação pública. Os principais objetivos e prioridades de reforma em cada área são abordados nos parágrafos seguintes.

2. Administração de receitas. As autoridades procurarão reforçar a administração fiscal e aduaneira com base nos planos de ação, desenvolvidos com o apoio da atividade de DC do FAD e aprovados por despacho ministerial. Partindo dos esforços de simplificação e modernização do sistema tributário realizados durante o SMP, os planos de ação visam dar resposta aos seguintes desafios enfrentados pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) e pela Direcção-Geral das Alfândegas (DGA): i) ampla discricionariedade administrativa; ii) interferência política nas decisões de contratação; iii) intercâmbio desadequado de informações entre entidades públicas; e iv) sistemas informáticos desatualizados. A resolução destes desafios aumentará a transparência e a eficiência na administração das receitas, o cumprimento fiscal por parte dos contribuintes e o profissionalismo dos funcionários da administração tributária. Os planos de ação incluem ações prioritárias a serem implementadas entre março de 2023 e junho de 2025 (ver resumo na Tabela 2) e outras ações específicas para a implementação da nova lei do IVA.

3. GFP. As autoridades elaboraram planos de ação para a implementação da CUT e a gestão dos investimentos públicos com base na recente atividade de DC do FAD (ver resumo na Tabela 2). A implementação da CUT é essencial para fazer avançar as reformas da gestão de tesouraria iniciadas ao abrigo do SMP e garantir a transparência e o controlo das taxas e encargos extraorçamentais. Relativamente à gestão dos investimentos públicos, o Ministério da Economia, Plano e Integração Regional e o Ministério das Finanças têm uma importância limitada no que toca ao planeamento, seleção e acompanhamento dos grandes projetos de investimento. O plano de ações visa desenvolver os importantes papéis das agências centrais em termos de avaliação da viabilidade e acessibilidade dos projetos e prevenção das derrapagens de custos e dos atrasos na execução, a fim de maximizar a eficiência dos investimentos públicos à luz de um espaço orçamental muito reduzido. As reformas da GFP devem ser apoiadas por uma melhoria gradual dos dados orçamentais e da dívida, de acordo com as normas internacionais.

4. CBC/FT e contratação pública. São necessárias mais medidas para reforçar a eficácia do quadro de CBC/FT. No Relatório de Avaliação Mútua (RAM) de fevereiro de 2022, o Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) deu ao país pontuações baixas no que se refere à eficácia em todos os 11 critérios. São necessários progressos

consideráveis para concretizar as ações prioritárias. O plano de ação (Tabela 3) visa reforçar a eficácia do quadro de CBC/FT em três domínios prioritários: i) concluir a política e o plano de ações nacional em matéria de CBC/FT e que dão resposta aos riscos identificados na avaliação nacional dos riscos (ANR) e nas principais conclusões do relatório de avaliação mútua (RAM), até junho de 2023; ii) exigir que todas as pessoas coletivas que se registem no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direção-Geral da Identificação Civil, dos Registos e do Notariado (DGCICRN) apresentem um formulário de identificação do beneficiário efetivo semelhante àquele apresentado no âmbito do processo de concurso, até ao final de junho de 2024; e iii) preparar um plano de ação para reforçar a supervisão do CBC/FT baseada nos riscos para as instituições financeiras e as atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD), até junho de 2023. O mesmo plano de ação visa também facilitar a implementação do novo decreto sobre os beneficiários efetivos.

Anexo II, Tabela 1. Guiné-Bissau: Medidas Adotadas em Matéria de Governação e Anticorrupção

Medidas adotadas	Data
Adotar uma política aduaneira firme contra casos de subavaliação caracterizada e aplicar sanções progressivas.	Contínua desde 2020
Publicar o relatório de diagnóstico sobre o reforço da governação e do quadro de combate à corrupção	Jun. de 2020
Criar uma comissão para eliminar os incentivos salariais injustificados aos funcionários públicos.	Jul. de 2020
Publicar informação selecionada de alguns contratos públicos relacionados com a luta contra a COVID-19. ¹	Contínua desde agosto
Revogar as alterações introduzidas na Lei do Orçamento de 2015 ao Imposto Geral sobre Vendas (IGV) e ao Código de Investimento.	Set. de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional, e promulgar pelo Presidente, o orçamento de 2020.	Set. de 2020
Reformular e retomar os controlos aduaneiros dos fluxos de importações por via terrestre.	Out. de 2020
Emitir um despacho ministerial que autorize a apresentação de declarações do IGV por via eletrónica.	Out. de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional, e promulgar pelo Presidente, o orçamento de 2021.	Dez. de 2020/ jan. de 2021
Reforçar o procedimento geral de desalfandegamento.	Contínua desde janeiro de 2021
Reinstituir o Comité de Tesouraria por meio de despacho ministerial.	Fev. de 2021
Aprovar no Conselho de Ministros os decretos relativos à criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento, organização e funcionamento da Direção-Geral da Dívida Pública e emissão e gestão da dívida.	Jun. de 2021
Lançar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e dinheiro móvel.	Jun. de 2021
Definir prioridades de despesas no contexto da execução do orçamento de 2021, por despacho ministerial	Jul. de 2021
Instituir limites de gastos por rubrica do orçamento	Jul. de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional uma versão revista do Código Geral Tributário e uma versão revista do Regime de Sanções Fiscais pelo Conselho de Ministros	Jul. de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional um estatuto modernizado do Imposto Geral sobre Vendas (IGV) pelo Conselho de Ministros	Jul. de 2021
Foram tomadas disposições para criar a Conta Única do Tesouro (CUT) e reforçar a gestão de tesouraria.	Set. de 2021
Foi emitido um despacho executivo para pôr termo à contratação de funcionários sem contrato.	Set. de 2021
O Conselho de Ministros ordenou aos ministros e aos secretários de Estado que cumpram rigorosamente o regime jurídico da declaração de bens e participações.	Out. de 2021
O Conselho de Ministros aprovou e enviou para a Assembleia Nacional a reforma do regime de declaração de bens.	Out. de 2021
O regime jurídico dos concursos públicos foi alterado com apoio da assistência técnica do FMI.	Out. de 2021
Foi aprovado um despacho para o controlador financeiro controlar todos os salários da função pública e proceder à reconciliação dos registos do pessoal e da folha de pagamentos com o apoio do projeto de <i>blockchain</i> .	Dez. de 2021
A Assembleia Nacional aprovou um pacote de reformas fiscais, incluindo um novo Código Geral Tributário, um Regime de Sanções Fiscais e uma nova Lei do IGV.	Dez. de 2021
Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau.	
¹ Estas informações encontram-se disponíveis no sítio Web do Alto Comissariado: https://www.accovid-aw.org/relat%C3%B3rios	

Anexo II, Tabela 2. Reformas Orçamentais: Resumo do Plano de Ação, 2023-25

Domínio	Medidas	Instituições responsáveis	Mar. 2023	Jun. 2023	Set. 2023	Dez. 2023	Jun. 2024	Dez. 2024	Jun. 2025
Administração aduaneira	Análise aprofundada pré-desalfandegamento e auditoria pós-desalfandegamento das mercadorias selecionadas	DGA		X	X	X	X	X	
	Aplicação de novas sanções	DGA				X			
	Integração dos direitos pautais no SYDONIA em conformidade com a base jurídica	DGA		X					
	Verificação <i>in situ</i> das isenções concedidas em 2021-2022 e identificação no SYDONIA dos procedimentos suspensivos	DGA				X	X		
Administração tributária	Implementação de caixas de correio eletrónico nos grandes contribuintes e alargamento das mesmas aos pequenos e médios contribuintes	DGCI	X	X	X	X	X	X	X
	Contratação de especialistas em informática	DGCI					X		
	Auditoria a 10 casos de diferenças de IGV declarado à DGA e DGCI	DGCI/DGA DGCTP							X
	Nomeação de todos os quadros superiores através de concurso público	DGCI/DGA				X			
	Implementação dos pagamentos fiscais eletrónicos por via do Kontakutu em três bancos	DGCI				X			
	Atualização do recenseamento e estudo das contas bancárias do Estado, classificando-as em função das que devem ser encerradas, mantidas ou integradas na CUT	DGTCP	X	X	X				
GFP	Estabelecimento de uma interface entre os sistemas do Tesouro, do BCEAO e dos bancos comerciais	DGTCP			X				
	Criação de unidades de gestão de tesouraria e aprovação de previsões de caixa com um horizonte maior e melhores métodos	DGTCP					X	X	X
	Execução das despesas a partir da CUT, começando com a massa salarial	DGTCP					X		
	Criação de um processo de elaboração de relatórios mensais para as despesas de capital financiadas com recursos externos	Ministério da Economia			X				
Gestão do investimento público	Criação em ficheiro Excel de uma base de dados do PIP a médio prazo	Ministério da Economia				X			
	Garantir uma clara definição de prioridades dos projetos com base nas estimativas de custos	Ministério da Economia					X		
	Instituição de um quadro regulamentar para avaliação, afetação e implementação dos projetos	Ministério da Economia							X

Anexo II, Tabela 3. CBC/FT e Contratação Pública: Plano de Ação, 2023-25									
Ação	Marcos	Instituições responsáveis	Mar. 2023	Jun. 2023	Dez. 2023	Jun. 2024	Dez. 2024	Jun. 2025	
Melhoria da eficácia do CBC/FT	Finalizar e publicar as políticas/o plano de ação nacional de CBC/FT, com vista a dar resposta aos riscos identificados na avaliação nacional dos riscos (ANR) e nas principais conclusões do relatório de avaliação mútua (RAM).	CENTIF	X						
	Apresentar um plano de ação para reforçar a supervisão do CBC/FT baseada nos riscos em instituições financeiras e atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD).	BCEAO/CENTIF		X					
Aumento da transparência do sistema de contratação pública	Emitir diretrizes para facilitar a aplicação do decreto de 2022 relativo às informações dos beneficiários efetivos dos contratos públicos e publicar as mesmas no sítio Web da Direção-Geral de Contratação Pública (IRE).	DGCP	X						
	Publicar contratos públicos e informações sobre os beneficiários efetivos no sítio Web da Direção-Geral de Contratação Pública.	DGCP	X	X	X	X	X	X	
	Publicar os relatórios de auditoria com os contratos de aquisições diretas que não foram autorizados pela DGCP e pelo Tribunal de Contas	Tribunal de Contas				X			
	Criar um registo para garantir que as informações sobre os beneficiários efetivos estão disponíveis e acessíveis para todas as pessoas coletivas registadas no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direção-Geral da Identificação Civil, dos Registos e do Notariado (DGICRN).	DGCP/CFE/DGICRN				X			

Apêndice I. Carta de Intenções

Guiné-Bissau, 10 de maio de 2023

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C., 20431
EUA

Exma. Sra. Diretora-Geral,

A Guiné-Bissau continua empenhada na implementação do programa de reformas apoiado pelo mecanismo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) com o FMI. Alcançámos progressos notáveis na implementação das metas do programa, apesar de uma conjuntura interna e externa extremamente difícil. Em janeiro de 2023, cumprimos sete dos oito critérios de desempenho quantitativos (CDQ), e tomamos imediatamente as devidas medidas corretivas para fazer face à única meta não atingida. Por este motivo, solicitamos uma dispensa pela inobservância deste CDQ. Também satisfizemos cinco indicadores de referência estruturais (IRE) para a segunda avaliação e um para a quarta avaliação. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), em anexo, atualiza o MPEF anterior e descreve os progressos registados e outras iniciativas empreendidas em termos de políticas para alcançar os nossos objetivos.

Apesar dos progressos obtidos, os desafios que se colocam no futuro são significativos pelo que é fundamental o maior apoio da comunidade internacional. A economia depara-se com riscos negativos substanciais devido à volatilidade da produção de castanha de caju, à persistência da inflação, à restritividade das condições financeiras, ao abrandamento da economia mundial e aos choques climáticos. Se não forem adotadas mais medidas a nível de políticas, os choques externos adicionais irão agravar os desafios de desenvolvimento e comprometerão a nossa capacidade de apoiar os grupos mais vulneráveis da população. O acordo ECF proporciona um apoio financeiro crucial, nomeadamente através da catalisação do apoio dos doadores e dos empréstimos em condições concessionais para satisfazer as necessidades da balança de pagamentos e as despesas prioritárias do governo.

A prossecução de uma trajetória de consolidação orçamental irá criar espaço orçamental e catalisar o tão necessário financiamento dos parceiros de desenvolvimento, disponibilizando recursos para satisfazer as importantes necessidades de desenvolvimento económico e social e garantindo, ao mesmo tempo, a sustentabilidade da dívida. O nosso governo assegurará a colaboração com as partes interessadas a nível local para continuarmos a promover um forte consenso nacional e a apropriação das reformas e políticas. Embora as eleições legislativas se realizem em junho de 2023, continuaremos a colaborar com os partidos políticos e a Assembleia Nacional para obter o consenso nacional necessário para a aprovação do orçamento de 2023 e das reformas legislativas durante a vigência do programa. A continuação da colaboração intensiva com o FMI e outros parceiros de

desenvolvimento também nos permitirá avançar com as reformas em matéria de governação e transparência, que são fundamentais para atingirmos o nosso potencial económico e superarmos as nossas situações de fragilidade. O governo da Guiné-Bissau continua firmemente empenhado no processo de reformas económicas e estruturais, que beneficiará as gerações presentes e futuras.

Temos realizado progressos nas reformas orçamentais necessárias para sustentar o crescimento e colocar a dívida numa trajetória descendente. O objetivo é garantir uma trajetória de consolidação orçamental para assegurar a convergência do nível do défice e da dívida pública com os critérios regionais da UEMOA a médio prazo. A proposta de orçamento para 2023, aprovada pelo Conselho de Ministros, assenta em défices primários globais e internos alinhados com os parâmetros do programa apoiado pelo acordo ECF. As medidas incluem o aumento da mobilização de receitas, o cumprimento de limites rigorosos para os salários e vencimentos, a racionalização das despesas com bens e serviços e outras despesas, assim como a realocação de recursos para apoiar as despesas prioritárias. Renovamos o compromisso de não contrairmos crédito não concessional com vista a assegurar a sustentabilidade da dívida.

A agenda de reformas estruturais tem igualmente avançado. Estamos empenhados em combater a corrupção e melhorar a eficácia do CBC/FT, da governação e transparência, por via da conclusão da implementação das salvaguardas de governação da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) relativa às despesas com a COVID-19 e as recomendações do [relatório de diagnóstico de governação de 2020](#). Continuaremos a melhorar a transparência relativamente aos beneficiários efetivos e a acelerar as reformas relativas ao regime de declaração de bens. O governo reforçará o apoio às instituições essenciais para melhorar o Estado de direito. A assistência técnica do FMI é essencial para apoiar o nosso trabalho em todos estes domínios.

Com base no desempenho satisfatório da primeira avaliação e no nosso compromisso contínuo com as reformas no âmbito do programa, solicitamos ao Conselho de Administração do FMI a aprovação da conclusão da primeira avaliação e o segundo desembolso de 2,37 milhões de DSE, bem como a dispensa pelo não cumprimento de zero novos atrasados internos. O programa continuará a ser acompanhado através dos critérios de desempenho quantitativos (CDQ), das metas indicativas (MI) e dos indicadores de referência estruturais (IRE), tal como descrito no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) e no Memorando Técnico de Entendimento (MTE), apresentados em anexo.

Consideramos que as políticas e as ações delineadas no MPEF em anexo descrevem os entendimentos alcançados com o corpo técnico do FMI durante a missão realizada entre 8 e 21 de março, e que se revelam adequados para alcançar os objetivos do programa apoiado no âmbito da ECF. Estamos preparados para adotar outras medidas adicionais necessárias para alcançar os objetivos do programa, em estreita articulação com o corpo técnico do FMI. Consultaremos o corpo técnico do FMI antes da adoção de qualquer outra medida que possa ser considerada apropriada para este efeito e forneceremos informações atempadas para permitir o acompanhamento da evolução económica e a implementação das políticas definidas no programa, tal como acordado no MTE em anexo, ou mediante pedido do corpo técnico.

Em conformidade com o nosso compromisso de transparência, autorizamos o FMI a publicar a presente carta, juntamente com o MPEF e o MTE em anexo, assim como o Relatório do Corpo Técnico do FMI relativo à Primeira Avaliação do acordo ECF, sujeito à aprovação do Conselho de Administração. Estes documentos serão publicados no sítio Web oficial do governo da Guiné-Bissau.

Atenciosamente,

/s/

Ilídio VIEIRA TÉ

Ministro das Finanças
Guiné-Bissau

Anexos: - Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
- Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

A. Contexto e objetivos

1. O governo continua determinado a prosseguir uma trajetória de crescimento sustentável e a reforçar a sua resiliência futura, num contexto de novos e importantes desafios, que incluem os efeitos prolongados da pandemia de COVID-19, a tentativa de golpe de Estado de fevereiro de 2022, os fenómenos meteorológicos mais frequentes e intensos causados pelas alterações climáticas e os choques globais. Estes últimos incluem a guerra na Ucrânia e a normalização da política monetária à escala mundial, que aumentam os custos de transporte, os preços da energia e dos alimentos, retraem as condições financeiras e causam perturbações na cadeia de abastecimento a nível mundial. Estes choques combinados afetaram os grupos mais vulneráveis da população, perturbaram o fornecimento de bens públicos essenciais e aumentaram o custo geral da atividade económica por via da subida dos preços das importações de bens essenciais. A maior deterioração da conjuntura mundial constitui um risco importante, que poderá conduzir a uma queda do preço internacional da castanha de caju e a um agravamento das condições de financiamento internas, incluindo o mercado de obrigações regional da UEMOA. Como tal, é necessário agir com firmeza para criar resiliência e combater a crise atual. As nossas políticas têm como objetivo atenuar estes efeitos, criando, ao mesmo tempo, as condições para recuperarmos da pandemia, contando com o apoio do FMI e de outros parceiros internacionais.

2. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo visa garantir a estabilidade macroeconómica e promover um crescimento sustentável e inclusivo. O PND em vigor foi aprovado no início da pandemia de COVID-19, em 2020, e tinha como "objetivo central" lutar contra a pandemia. Estima-se que o período de vigência do atual PND seja estendido, do final de 2023 para meados de 2024, para se dispor de tempo suficiente para realizar a consulta exaustiva das partes interessadas, que será lançada após as próximas eleições legislativas de junho. O próximo PND irá alterar as prioridades, da intervenção em situações de crise, para o desenvolvimento sustentável, que deverá ser financiado com fontes compatíveis com a trajetória de consolidação orçamental e de sustentabilidade da dívida. Especificamente, o novo PND irá ajudar a substituir os empréstimos não concessionais dispendiosos, protegendo, ao mesmo tempo, as despesas sociais e prioritárias.

3. Os objetivos de consolidação orçamental serão alcançados através da mobilização de receitas, do controlo de despesas e da captação de financiamento em condições altamente favoráveis. Em concreto, as medidas de consolidação concentram-se i) na maior mobilização das receitas e contenção das despesas, incluindo a massa salarial, gerando espaço orçamental para proteger as despesas sociais e realizar investimentos em infraestruturas essenciais para sustentar a recuperação; e ii) na mobilização de mais donativos e de financiamento altamente concessional por parte dos parceiros de desenvolvimento. Adicionalmente, o projeto de orçamento de 2023, aprovado pelo Conselho de Ministros, estabeleceu um pacote de despesas consistente com os recursos disponíveis, e sem necessidade de financiamento não concessional. Este orçamento será submetido à Assembleia Nacional, quando esta se voltar a reunir após as eleições legislativas de meados de 2023. A médio prazo, o governo está empenhado em trazer o défice orçamental e o rácio da dívida

para 3% do PIB até 2025 e 70% do PIB até 2026, respetivamente, em conformidade com os critérios de convergência da UEMOA.

4. O Conselho de Administração do FMI aprovou, em 30 de janeiro de 2023, um acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) para apoiar a implementação da agenda de reformas de Guiné-Bissau. Esta aborda as vulnerabilidades estruturais de longa data que condicionam o crescimento inclusivo e para as quais solicitámos apoio financeiro. O governo está empenhado em garantir a estabilidade macroeconómica, assegurar a sustentabilidade orçamental e da dívida, reforçar a proteção social, combater a corrupção e melhorar a governação e a transparência. Neste sentido, as nossas políticas visam assegurar uma maior consolidação orçamental de acordo com os padrões da UEMOA e resolver as vulnerabilidades da dívida. O sucesso do acordo ECF depende do cumprimento de compromissos importantes em matéria de governação que se destinam a reforçar a transparência, a responsabilização e a eficiência das finanças públicas.

B. Desempenho do programa

5. O governo cumpriu todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) definidos para o final de janeiro de 2023, com exceção de um (Tabela 1). Foram cumpridos os limites mínimos das receitas fiscais, do saldo primário interno, das despesas sociais, e o limite máximo das despesas com a massa salarial. Este resultado foi apoiado, em parte, pelas medidas de mobilização de receitas e do controlo da massa salarial, protegendo, ao mesmo tempo, as despesas sociais. Todos os critérios de desempenho quantitativos foram cumpridos, com exceção do CDQ de zero atrasados internos, devido a 1,8 mil milhões de FCFA de dívida denominada em FCFA já vencida, causada por uma crise no mercado regional de obrigações da UEMOA, mas que foi, entretanto, totalmente paga em março de 2023.

6. O governo cumpriu todas as metas indicativas (MI) para o final de dezembro, exceto três, destinadas a ancorar a execução orçamental em 2022. As MI relativas às receitas fiscais, aos salários e aos défices primários internos não foram cumpridas devido a receitas fiscais inferiores às previstas e a um aumento das pressões sobre as despesas, como se explica de seguida.

7. Já se cumpriram cinco indicadores de referência estruturais (IRE) para a segunda avaliação e um para a quarta avaliação. Foram emitidos despachos ministeriais para i) rever a composição e o mandato do Comité do Tesouro (IRE, março e dezembro de 2023); ii) criar e implementar a Unidade Técnica de Acompanhamento do Desempenho das Empresas Públicas (IRE, março de 2023); iii) exigir a apresentação de tabelas tarifárias (IRE, março de 2023); iv) criar uma Unidade de Gestão de Tesouraria (IRE, dezembro de 2023); bem como v) definir um processo de reconciliação trimestral dos salários, cujo primeiro relatório foi aprovado pelo Comité Interministerial (IRE, março de 2023). Também emitimos orientações para a implementação do decreto de 2022 relativo às informações sobre os beneficiários efetivos no âmbito dos contratos públicos (IRE, março de 2023).

8. O governo continua firmemente empenhado no cumprimento do MPEF de janeiro de 2023. Salvo qualquer alteração abaixo indicada, estas políticas mantêm-se plenamente válidas. As metas quantitativas, que servem de critérios de desempenho e de metas indicativas,

permanecem válidas na íntegra, tendo sido acrescentadas novas metas para março de 2024, como se indica na Tabela 1.

C. Evolução e perspectivas macroeconómicas

9. O crescimento deverá abrandar para 3,5% e a inflação média deverá subir para 7,9% em 2022. Em 2022, o crescimento foi negativamente afetado pelas menores exportações de castanha de caju, mas apoiado pela maior produção agrícola e investimentos privados. A escalada dos preços das matérias-primas, conjugada com a guerra na Ucrânia, intensificou as pressões sobre os preços, especialmente dos bens alimentares e dos combustíveis.

10. Em 2022, o défice orçamental global efetivo foi superior ao previsto devido ao aumento das pressões sobre as despesas e às menores receitas fiscais. Os défices primários, global e interno, foram superiores aos previstos em 0,2% e 0,4% do PIB, respetivamente, em comparação com o pedido no âmbito do acordo ECF. As receitas fiscais foram inferiores às previstas, principalmente devido à menor arrecadação de impostos em atraso. As despesas salariais foram mais elevadas devido ao pagamento de salários em atraso, superiores aos previstos, bem como às poupanças, inferiores às previstas, com o novo recenseamento da administração pública. As menores despesas de capital financiadas com recursos provenientes do estrangeiro mais do que compensaram os donativos, menores que os antecipados.

11. As medidas relacionadas com a pandemia implementadas pelo BCEAO (o banco central regional) apoiaram o crédito. A orientação flexível do BCEAO aumentou a liquidez do sistema bancário e o crédito concedido à economia cresceu 23,7% em 2022. Com exceção de um grande banco subcapitalizado, o setor bancário apresenta níveis de fundos próprios adequados, cumprindo os critérios prudenciais regionais. O crédito malparado bruto diminuiu consideravelmente em 2022, mas continua elevado. Ainda assim, os bancos apresentam bons níveis de provisões.

12. A posição externa deteriorou-se em 2022. Em 2022, o défice da conta corrente agravou-se para 8,9% do PIB devido ao menor nível de exportações de castanha de caju e ao aumento dos preços das importações. Grande parte das necessidades de financiamento foi suprida pela emissão de títulos do Tesouro nos mercados regionais.

13. A dívida pública aumentou ligeiramente em 2022. A dívida pública atingiu cerca de 80,5% do PIB, um aumento de 1,7 pontos percentuais do PIB em relação a 2021, devido ao défice orçamental global superior ao previsto, às novas garantias do Estado concedidas à empresa de serviços públicos (EAGB) e ao reconhecimento de atrasados antigos. A dívida externa diminuiu em 2022 devido ao recurso ao financiamento do mercado regional nacional.

14. A curto prazo, esperamos uma recuperação modesta do crescimento económico e pressões inflacionistas. Em 2023, o crescimento deverá recuperar para 4,5%, assumindo que o volume de exportações de castanha de caju atinge os níveis de 2021 e o investimento do setor privado se mantém elevado, inclusivamente no setor da energia. Prevê-se que a inflação média atinja o seu máximo à medida que os preços globais se normalizam, mas deverá manter-se em 5,5%.

15. A médio prazo, o crescimento deverá acelerar para cerca de 5%, sustentado pela estabilidade política, pelas reformas estruturais e pelo maior nível de investimentos. Apesar dos obstáculos globais, o crescimento deverá acelerar para cerca de 5% por ano, apoiado pela continuidade do elevado desempenho da produção de castanha de caju, por uma maior estabilidade política, pela implementação de reformas e por um maior apoio dos doadores. A estratégia de consolidação orçamental irá promover a canalização de recursos públicos para as despesas favoráveis ao crescimento, em investimentos em infraestruturas e programas sociais. A implementação das reformas estruturais e de governação irá acelerar ainda mais o crescimento a médio prazo do setor privado por via de melhorias no ambiente de negócios, melhor acesso ao crédito e aumento dos investimentos. Com o dissipar da crise de segurança na Europa, a inflação deverá convergir, gradualmente, para 2% a médio prazo. A consolidação orçamental sustentada e os termos de troca mais favoráveis também contribuirão para reduzir o défice da conta corrente para cerca de 4% do PIB a médio prazo.

D. Criar espaço orçamental para as despesas prioritárias, garantir a sustentabilidade da dívida pública e atenuar os riscos orçamentais

16. As políticas do governo irão focar-se na garantia da estabilidade macroeconómica, dado o elevado nível da dívida pública. É essencial manter o rácio da dívida face ao PIB numa trajetória descendente (este cresceu de 65,3% para 80,5% no período 2019-2022) e atenuar o risco de sobre-endividamento para reduzir as vulnerabilidades estruturais e se criar espaço orçamental para gerir os riscos descendentes. A consolidação orçamental, o recurso ao financiamento altamente concessional e o apoio dos doadores contribuirão para reduzir os custos do serviço da dívida e criar o espaço orçamental necessário para apoiar os objetivos do nosso plano de desenvolvimento.

17. O governo irá implementar políticas orçamentais robustas em 2023 para contribuir para este objetivo e manter a consolidação orçamental. Partindo de um saldo primário interno de -3,2% em 2022, visamos alcançar um excedente primário em 2024 e os critérios de convergência da UEMOA relativos ao défice global e à dívida em 2025 e 2026, respetivamente. As medidas que se seguem estão na base da consolidação orçamental.

Medidas de consolidação orçamental

18. O governo está empenhado em implementar as seguintes medidas para contribuir para a mobilização de receitas internas, a racionalização das despesas e a não contração de financiamento não concessional dispendioso:

- **Reforço da mobilização de receitas.** No âmbito do SMP, a Assembleia Nacional aprovou um novo pacote de leis fiscais, incluindo a revisão do Código Geral Tributário, o Regime de Sanções Fiscais e a nova Lei do IVA. Além disso, enviámos o Código Aduaneiro revisto para a Assembleia Nacional, que ainda não aprovou o mesmo. Em 2022, promulgámos um pacote fiscal para simplificar e aumentar a transparência do sistema fiscal e implementámos na íntegra o sistema Kontaktu para o preenchimento eletrónico das declarações fiscais. Todas estas medidas deverão

contribuir para as metas de mobilização de receitas. Para acelerar ainda mais a mobilização de receitas e modernizar o regime fiscal, iniciámos, com o apoio da assistência técnica do Departamento de Finanças Públicas (FAD) do FMI, a revisão da lei sobre o regime geral de isenções fiscais, que será submetida à Assembleia Geral após as eleições (IRE, final de dezembro de 2023). A médio prazo, apresentaremos também à Assembleia Nacional a revisão das Leis do Imposto sobre o Rendimento e do Imposto de Selo (IRE, final de junho de 2025). Para facilitar a implementação da nova Lei do IVA e melhorar a administração das receitas, foi aprovado um despacho ministerial que especifica um calendário dos planos de ação a realizar entre 2023 e 2025. Em concreto, para reforçar a profissionalização da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), que tem constituído um desafio crítico nas reformas da administração das receitas, tomaremos as medidas necessárias para garantir que todos os cargos de gestão da DGCI sejam nomeados através de um processo de seleção aberto e competitivo até ao final de março de 2024. Tendo em vista a melhoria da geração de receitas dos recursos naturais e a transparência das mesmas, elaboraremos um plano de ação para criar um registo dos detentores de direitos sobre os recursos e levar a cabo um diagnóstico do regime fiscal aplicável aos recursos naturais (IRE, final de junho de 2024).

- **Reforço da massa salarial e controlos da despesa.** O governo está empenhado em racionalizar as despesas públicas, nomeadamente através do controlo dos salários e dos incentivos da função pública. Para racionalizar as despesas com a massa salarial em 2023, aplicaremos uma série de medidas corretivas tomadas no final de 2022, designadamente o congelamento total das contratações, a limitação das despesas salariais dos principais ministérios e a realização de um inventário completo das instalações de saúde e educação a fim de avaliar as necessidades de pessoal e identificar os trabalhadores em situação irregular. Além disso, reduzimos as posições de assessoria em dois terços (51 pessoas) na Presidência, no Gabinete do Primeiro-Ministro, na Presidência da Assembleia Nacional, nas Presidências dos Tribunais Constitucional e de Contas e no Gabinete do Procurador-Geral. De igual modo, despedimos os trabalhadores nos setores da saúde e educação que também trabalhavam no setor privado, numa situação de irregularidade. O governo está a proceder a um inventário completo das instalações de saúde e de educação, a fim de avaliar as necessidades de funcionários e identificar os trabalhadores fantasma. Também se encontra a realizar um novo recenseamento da administração pública com o apoio do Banco Mundial. Também se tomarão medidas para reforçar a integridade do processamento de salários, nomeadamente através da utilização da solução de *blockchain*, conforme indicado no ¶28. O projeto de orçamento de 2023, aprovado pelo Conselho de Ministros, inclui medidas para a racionalização da massa salarial, a contenção das despesas não prioritárias, o controlo das despesas fiscais e a suspensão de projetos de novas infraestruturas financiados por empréstimos não concessionais. Estamos fortemente empenhados em não incorrer em despesas excessivas, exceto em casos de força maior, conforme previsto na Diretiva n.º 06/2009/CM/UEMOA relativa às Leis Orçamentais.
- **Salvaguardar a despesa social e prioritária, bem como o investimento público.** Ao mesmo tempo que o governo tem racionalizado as despesas com salários e as despesas não prioritárias, tem procurado salvaguardar as despesas prioritárias nos setores da saúde, educação e social, e os investimentos públicos. A médio prazo, as despesas sociais e prioritárias deverão subir 0,6

pontos percentuais do PIB em comparação com a média do período anterior à COVID-19, conforme refletido no limite mínimo do programa relativo às despesas sociais e prioritárias. Para reforçar a gestão do investimento público, fizeram-se progressos para a criação, a médio prazo, de uma base de dados em Excel, do Projeto de Investimento Público (PIP) e para a centralização de todas as informações quantitativas inscritas nas Fichas de Projeto (IRE, final de dezembro de 2023). Emitimos um despacho ministerial para criar um processo de elaboração de relatórios mensais para as despesas de capital financiadas com recursos externos, que será testado em primeira linha com os 30 maiores projetos.

Medidas para atenuar os riscos orçamentais

19. É fundamental adotar medidas imediatas para atenuar os riscos orçamentais associados com a empresa Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). Para aumentar a transparência no setor empresarial do Estado, a nova Unidade das Empresas Públicas irá preparar e publicar relatórios trimestrais e anuais sobre o desempenho das empresas públicas, começando pelas que são mais relevantes (IRE, final de junho de 2023 e final de dezembro de 2024). A situação financeira deteriorada da EAGB levou-a à iminência da perda do fornecimento de eletricidade. Ao longo de 2022, a EAGB dependeu fortemente do financiamento de curto prazo para pagar as faturas ao fornecedor de eletricidade, sendo que, neste momento, ainda não foram pagas 6 meses de faturas. Para evitar o apagão total de Bissau, torna-se crítico atingir, o mais rapidamente possível, o objetivo de 2 mil milhões de FCFA de receitas mensais da EAGB. Para acelerar a mobilização de receitas, a EAGB vai instalar 10000 contadores em regime de pré-pagamento nos clientes residenciais com contadores em regime de pós-pagamento, e que são a principal fonte de tarifas não pagas (IRE, final de junho de 2023). A EAGB concluirá a instalação de 25000 contadores adicionais em regime de pré-pagamento nestes clientes (IRE, final de dezembro de 2023). A pressão financeira sobre a EAGB aumentou em 2022, em parte devido ao aditamento de 2020 ao contrato original de aquisição de energia, que aumentou o fornecimento de energia para além da capacidade de absorção da rede existente. O governo chegou a acordo com a Karpower, o fornecedor de energia, para renegociar o contrato existente de modo a torná-lo mais adequado às atuais necessidades de eletricidade do país. Para avaliar a regularidade e os benefícios económicos do processo de negociação, o Tribunal de Contas irá concluir e publicar um relatório de auditoria ao contrato de aquisição de energia da EAGB e respetivos aditamentos (IRE, final de dezembro de 2023).

20. A melhoria da gestão e do funcionamento da EAGB também é fundamental, especialmente durante o período de transição da gestão do consórcio português para os novos gestores nomeados. A nova gestão será selecionada exclusivamente com base em critérios de mérito, através de um processo de seleção aberto e competitivo. Para enfrentar todos estes desafios, prepararemos um relatório de estratégias e planos de ação para restabelecer a situação financeira da EAGB (IRE, final de setembro de 2023). O departamento de contabilidade da EAGB precisa de internalizar as funções contabilísticas e de manutenção de registos e evitar a subcontratação de serviços a terceiros (IRE, final de setembro de 2023). Além disso, também temos recebido assistência do Banco Mundial para renovar a gestão e as operações da EAGB e melhorar o desempenho do setor da eletricidade.

Medidas para mitigar as vulnerabilidades da dívida

21. O governo irá mitigar as vulnerabilidades da dívida por via de uma estratégia de consolidação orçamental sustentada e de uma política de endividamento prudente. Em 2022, calcula-se que o total da dívida pública e externa da Guiné-Bissau se tenha situado em 80,5% e 39,0% do PIB, respetivamente. A percentagem dos créditos do FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento no total da dívida pública externa está limitada a 42% em 2022. Embora o peso de todos os credores multilaterais no total da dívida pública externa seja relativamente elevado (80% em 2022), a dependência até à data de empréstimos não concessionais junto do BOAD, que é o maior detentor de dívida pública externa, irá diminuir consideravelmente durante o programa. Graças aos compromissos que assumimos no sentido da consolidação orçamental e não contração de novos empréstimos não concessionais (exceto do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do BOAD)¹³, o total da dívida pública e externa irão diminuir, progressiva e respetivamente, para 66,2% e 26,9% do PIB até 2028.

22. O governo está empenhado em liquidar parte dos atrasados internos pendentes. O governo tenciona iniciar, nos próximos anos, a liquidação do saldo remanescente de atrasados internos acumulados entre 1974 e 1999, que ascende a um valor de 12,2 mil milhões de FCFA. Com apoio técnico externo, o governo tenciona apurar o valor efetivo dos atrasados internos pendentes através de novos trabalhos de auditoria, verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte de todos os credores, bem como determinação dos atrasados líquidos do governo após a correção de eventuais obrigações fiscais. Desta forma, o governo poderá decidir sobre a estratégia a seguir para regularizar todos os atrasados internos em aberto no médio prazo.

23. O governo continua empenhado em resolver todos os atrasados externos herdados e em evitar a sua acumulação no futuro. Foram alcançados acordos ou resoluções com a Líbia, Taiwan, Angola e Rússia. As negociações com o Brasil também aguardam a aprovação final por parte das autoridades brasileiras. Desde novembro de 2021 que se têm enviado pedidos ao Paquistão numa tentativa de resolver os pagamentos em atraso remanescentes. Além disso, o governo aderiu à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e tenciona explorar opções para a reformulação do perfil e reestruturação da dívida junto dos parceiros de desenvolvimento, em caso de materialização dos riscos descendentes.

24. O governo irá reforçar a gestão da dívida. Irá procurar assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, acompanhamento e gestão geral da dívida, incluindo no que toca aos atrasados e aos fundos extraorçamentais e da Segurança Social. O governo iniciou a publicação de relatórios anuais sobre a dívida (externa e interna) que abrangem o serviço da dívida, os desembolsos e os acordos. Além disso, continua a comunicar as informações para as bases de dados internacionais sobre as estatísticas da dívida. Para melhorar a transparência da dívida pública, alargaremos a cobertura do boletim da dívida, publicado anualmente, a fim de abranger a dívida das duas maiores empresas

¹³ O BOAD alterou recentemente os termos desta modalidade, tornando-a integralmente concessional para a Guiné-Bissau.

públicas que colocam os maiores riscos orçamentais (a EAGB e a autoridade de aviação civil) e publicar os boletins trimestrais da dívida, que incluem a dívida e as garantias do governo central. Para reforçar a gestão da dívida e a definição dos projetos prioritários, governo tem promovido reuniões de coordenação semanais entre as Direções-Gerais do Tesouro e da Dívida e irá proceder à implementação do decreto que reforça as respetivas estruturas.

25. O governo irá planear cuidadosamente os novos investimentos e, no futuro, contrairá nova dívida apenas em condições altamente concessionais. Para assegurar que o risco de sobre-endividamento continua sob controlo, o governo irá classificar criteriosamente os investimentos com base numa análise da relação custo/benefício, tendo em conta as considerações sociais e o seu impacto na estabilidade macroeconómica. De igual modo, o governo irá trabalhar em consulta com o FMI a respeito da avaliação dos termos financeiros dos novos empréstimos propostos. Para evitar pagamentos de juros elevados, num contexto de escassos recursos públicos e de fraca capacidade de gestão da dívida, o governo também está empenhado em não contrair empréstimos não concessionais. Fiel a este compromisso, o governo suportou a sustentabilidade da dívida utilizando a alocação de DSE do FMI de 2021 para proceder ao reembolso de dívida não concessional.

E. Governação e gestão dos recursos públicos

26. O governo irá intensificar os seus esforços para proceder à reforma da gestão das finanças públicas (GFP) para aumentar a responsabilização no que toca à utilização dos recursos públicos.

27. O reforço da gestão de tesouraria e a implementação da Conta Única do Tesouro (CUT) continuarão a ser as prioridades principais em matéria de reformas no domínio da governação orçamental. Para a implementação da CUT, estabeleceremos uma interface entre os sistemas do Tesouro, do BCEAO e dos bancos comerciais, e classificaremos as contas bancárias do Estado em função das que devem ser encerradas, mantidas ou integradas na CUT (IRE, final de setembro de 2023). Estamos a fazer progressos na atualização do inventário de contas bancárias públicas, um processo essencial para classificar essas contas. É provável que este inventário revele um montante considerável de saldos negativos nas contas bancárias dos ministérios setoriais, saldos esses que devem ser liquidados e encerrados. Estas medidas irão lançar as bases para que o Ministério das Finanças pague todas as despesas orçamentais, em especial os salários, a partir da CUT (IRE, final de junho de 2024). Para melhorar as funções de gestão de tesouraria, vamos proceder à revisão da metodologia e processo de previsões de tesouraria, incorporando os ensinamentos retirados da experiência da recém-criada Unidade de Gestão de Tesouraria (IRE, final de junho de 2025).

28. Para implementar a CUT, é necessária uma melhor coordenação e fluxo de informações entre o Ministério das Finanças e as entidades geradoras de receitas. Com base nas tabelas tarifárias apresentadas pelos ministérios setoriais, ao abrigo do despacho ministerial recentemente emitido, será publicada uma lista de comissões, escalas e tarifas de todas as taxas e encargos cobrados pelos ministérios e agências governamentais, incluindo tribunais e registos, e que será incluída no orçamento de 2024 (IRE, final de dezembro de 2023). Com base nestes resultados,

exigiremos aos ministérios e agências governamentais que publiquem a mesma lista nos seus próprios sítios Web e comuniquem a arrecadação efetiva de taxas e encargos durante 2024. Eventualmente, exigiremos que todas as taxas e encargos sejam aprovados no Orçamento Geral do Estado e depositados na CUT para assegurar a plena transparência e uma gestão eficiente das mesmas.

29. A melhoria da integridade do processamento de salários e o desenvolvimento de novos controlos dos compromissos de despesas constituirão a pedra angular do controlo das despesas e da governação orçamental.

Para apoiar a consolidação orçamental e os controlos da massa salarial acima referidos, iremos acelerar as reformas para aumentar a integridade dos dados referentes aos gastos com salários. Iremos aprovar um plano plurianual de recrutamento de pessoal para 2023-25, em conformidade com os parâmetros do programa, e publicaremos um relatório com os resultados do recenseamento da função pública e a implementação das ações corretivas relativas aos trabalhadores em situação irregular (IRE, final de junho de 2023). Para garantir a integridade do processamento de salários, prosseguiremos com o exercício trimestral de reconciliação dos mesmos (IRE, numa base contínua). A aplicação do projeto de *blockchain* apoiado pelo FMI irá assegurar a integridade do processo de reconciliação através de uma tecnologia de digitalização inovadora. A integração dos registos dos funcionários e dos salários será, em última análise, concretizada por via do desenvolvimento do sistema integrado de gestão dos recursos humanos, que pretendemos operacionalizar a médio prazo, para a implementação da reforma da administração pública. A recente crise dos mercados regionais realça a necessidade de reforçar os controlos dos compromissos de despesas, que existiam anteriormente, mas foram descontinuados em 2018, com o objetivo de evitar a ocorrência de atrasados na eventualidade de falta de liquidez. Em primeiro lugar, exigiremos a aprovação pelo Ministério das Finanças dos contratos públicos para todas as aquisições dos quatro produtos alimentares essenciais (arroz, óleo alimentar, carne e peixe) e do combustível, que constituem uma parte importante das despesas com bens e serviços, mas que são atualmente adquiridos sem contratos (IRE, final de março de 2024).

30. Aproveitando os progressos registados ao abrigo do SMP, iremos prosseguir com as reformas em matéria de contratação pública para aumentar a transparência.

Durante a pandemia, o governo empreendeu reformas importantes em matéria de contratos públicos, incluindo a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos e outras informações importantes referentes a todos os contratos relacionados com a crise nos sítios Web da Direção-Geral dos Concursos Públicos (DGCP) e do Alto Comissariado para a COVID-19, assim como a aprovação do decreto relativo aos beneficiários efetivos dos proponentes a contratos públicos em abril de 2022. A nossa prioridade seguinte será a implementação deste novo decreto, que estende a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos a todos os contratos públicos no sítio Web da DGCP. Para além da emissão das orientações de implementação, temos vindo a realizar uma série de sessões de formação e sensibilização sobre o novo decreto, destinadas aos fornecedores e aos responsáveis pelas aquisições nos ministérios. Para assegurar a integridade da publicação das informações sobre os beneficiários efetivos, iremos desenvolver mecanismos para garantir que a DGCP acede a todos os contratos públicos celebrados, incluindo os contratos adjudicados em situações de emergência e as aquisições diretas, ligados com o desenvolvimento dos novos sistemas

de controlos dos compromissos de despesas.

31. O governo está empenhado em fazer avançar as auditorias externas, pois estas constituem um elemento de controlo essencial das finanças públicas. Para acautelar a utilização correta dos fundos relacionados com a COVID-19, o governo deu um passo importante rumo à renovação das funções das auditorias externas. A Alta-Comissária para a COVID-19 solicitou uma auditoria às despesas relacionadas com a COVID-19, entre junho de 2020 e agosto de 2021. A auditoria foi realizada pelo Tribunal de Contas, tendo o respetivo relatório de auditoria sido publicado em junho de 2022. O auditor externo independente também concluiu uma auditoria a todas as despesas relacionadas com a COVID-19, entre junho de 2020 e dezembro de 2021, com o apoio da Inspeção-Geral das Finanças, e publicou o respetivo relatório no seu sítio Web. O governo publicou a carta de resposta à auditoria, na qual se comprometeu a publicar os relatórios financeiros revistos do Alto Comissariado, incorporando as recomendações do auditor independente, até junho de 2023. Subsequentemente, o Tribunal de Contas irá levar a cabo uma auditoria externa a todas as despesas relacionada com a COVID-19, que contará com os contributos técnicos dos resultados de auditoria do auditor externo, em conformidade com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas. O Ministério das Finanças solicitou uma auditoria ao processo de contratações irregulares de 2021-22, que o Tribunal de Contas tenciona concluir em 2023. Além disso, o Ministério das Finanças irá finalizar e remeter as demonstrações financeiras consolidadas para o período 2017-2022 ao Tribunal de Contas, que posteriormente irá submetê-las a auditorias.

32. Iremos adotar mais medidas para reforçar a eficácia do CBC/FT. No Relatório de Avaliação Mútua (RAM) de 2022, o Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) atribuiu à Guiné-Bissau pontuações baixas no que se refere à eficácia em todos os 11 critérios. Com o objetivo de criar um acesso mais amplo às informações sobre os beneficiários efetivos e dar resposta às preocupações do RAM do GIABA de fevereiro de 2022, estamos a fazer progressos na preparação da política e plano de ação nacional de CBC/CFT que abordam os riscos identificados na avaliação nacional de risco (ANR) e as principais conclusões do RAM, que serão concluídas até junho de 2023. Iremos também ii) exigir que todas as pessoas coletivas registadas no Centro de Formalização de Empresas (CFE) e na Direcção-Geral de Identificação Civil, Registo e Notariado (DGICRN) apresentem um formulário de identificação do beneficiário efetivo, semelhante ao apresentado no âmbito do processo de concurso, até ao final de junho de 2024; e iii) preparar um plano de ação para reforçar a supervisão CBC/FT baseada no risco para as instituições financeiras e as atividades e profissões não financeiras designadas (DNFBP) até junho de 2023.

33. O governo irá acelerar as reformas para reforçar o quadro de combate à corrupção. A curto prazo, as nossas prioridades são atualizar o regime de declaração de bens, o que irá facilitar a identificação de potenciais casos de corrupção. Para começar, iremos enviar novamente para a Assembleia Nacional a lei relativa à reforma do regime de declaração de bens com uma cobertura mais ampla e um poder executório reforçado (IRE, final de setembro de 2023). Para facilitar a sua implementação, iremos emitir diretrizes para o envio e a publicação das declarações de bens, incluindo os respetivos formatos, até ao final de 2023. O reforço da independência e da capacidade das agências

de combate à corrupção, incluindo a Polícia Judiciária, a Inspeção Superior contra a Corrupção e a Procuradoria será essencial para garantir a eficácia do quadro de combate à corrupção. Em 2024, iremos preparar uma estratégia nacional de combate à corrupção com base na atualização do diagnóstico dos riscos de corrupção. Esta estratégia dará prioridade às reformas jurídicas e de outra natureza, e servirá de base ao planeamento dos recursos destas instituições a médio prazo.

34. Iremos adotar medidas para melhorar o Estado de direito e a regulamentação do mercado. A supracitada reforma da GFP para as receitas extraorçamentais irá lançar as bases para melhorar o acesso aos serviços judiciais e registos públicos. Como as taxas destes serviços são sobretudo extraorçamentais, será necessário trazê-las para dentro do orçamento para controlar o nível das taxas a fim de garantir um equilíbrio entre o acesso aos serviços e os custos dos mesmos. Além disso, o governo criou o Centro de Acesso à Justiça, que conta com programas para apoiar o acesso do público ao sistema judicial. A fim de garantir a igualdade de acesso, em especial por parte da população mais vulnerável, o governo irá estender o serviço prestado pelos gabinetes do CAJ às duas províncias restantes até ao final de 2023 e disponibilizar recursos financeiros para cobrir rapidamente os custos operacionais, com início em abril de 2023. Melhoraremos também o acesso à legislação e às decisões judiciais e aprofundaremos o conhecimento da população relativamente a esta matéria através do desenvolvimento de um sítio Web do CAJ que inclua uma base de dados da legislação fundamental e informações para aumentar a literacia e a sensibilização jurídicas (IRE, final de março de 2024). Este sítio Web terá como objetivo assegurar o acesso fácil do público à legislação, de forma gratuita, tal como acontece com todos os serviços prestados pelo CAJ. Em 2024, reforçaremos também o quadro institucional do CAJ, juntamente com um modelo de financiamento sustentável, com o apoio da assistência técnica do FMI. Para desenvolver o registo de propriedade, que é essencial para salvaguardar os direitos económicos, o governo irá formular um plano de ação de médio prazo que melhore a cobertura do cadastro predial, fazendo um levantamento mais amplo dos terrenos e procedendo à digitalização dos registos prediais para melhorar o acesso do público. Adicionalmente, e para melhorar o acesso do público e apoiar a transparência nas divulgações dos beneficiários efetivos, iremos preparar um plano estratégico, até dezembro de 2023, no sentido de garantir a sustentabilidade financeira do CFE, que ainda não dispõe dos recursos necessários para concluir a digitalização do registo das empresas.

F. Medidas para reforçar o setor financeiro

35. O governo continuará a envidar esforços para preservar a estabilidade do setor financeiro e está empenhado na adoção de uma estratégia bem-sucedida de saída de um grande banco subcapitalizado. O Conselho de Ministros aprovou a oferta de um investidor estratégico com vista à compra da participação do Estado e à recapitalização da instituição a fim de cumprir as normas regulamentares. O governo tem acompanhado o processo de exame prévio relativo à oferta e ao prazo da recapitalização por parte do investidor, que será, posteriormente, submetido à consideração da Comissão Bancária Regional. Regularizámos os atrasados devidos pelo governo aos mutuários do banco subcapitalizado. Caso a operação não se concretize, o governo compromete-se ao seguinte IRE adicional até ao final de dezembro de 2023: i) prestar as informações financeiras solicitadas pelo FMI, incluindo uma avaliação da posição financeira do banco

e uma auditoria totalmente independente a toda a carteira de empréstimos, incluindo o crédito malparado, a ser realizada por uma empresa de auditoria externa; ii) preparar um relatório com um novo plano viável por parte do governo para a resolução do banco subcapitalizado até 2024; e iii) implementar as recomendações da Comissão Bancária.

G. Riscos e contingências

36. O governo está pronto para ajustar as políticas, em caso de materialização dos riscos.

Os riscos descendentes para o programa incluem contratempos, ao nível do crescimento e da inflação, decorrentes de riscos políticos internos e da fraca capacidade do Estado, um desempenho decepcionante das exportações de castanha de caju, a materialização dos riscos climáticos e sanitários, condições financeiras extremamente restritivas no mercado regional e as tensões geopolíticas que poderão afetar ainda mais os preços dos produtos alimentares e do petróleo, assim como o apoio dos doadores. Um novo agravamento das condições financeiras a nível mundial e dos riscos da dívida irão condicionar ainda mais o acesso ao financiamento nos mercados regionais. As pressões financeiras nas empresas públicas e as fragilidades do banco subcapitalizado também poderão gerar passivos contingentes. Em caso de materialização destes riscos, estamos preparados para ajustar as nossas políticas, em estreita articulação com o corpo técnico do FMI, a fim de assegurar a concretização dos objetivos do programa. Estas políticas poderão incluir maior racionalização das despesas não prioritárias, investimentos com recursos internos e pedidos de apoio complementar junto dos parceiros de desenvolvimento.

H. Melhoria das estatísticas económicas

37. **O governo está empenhado em melhorar o Instituto Nacional de Estatística (INE), as contas nacionais e as estatísticas sobre as finanças públicas.** Tendo em vista o reforço da capacidade institucional do INE, iremos aprovar os estatutos internos que instituem a nova lei das estatísticas e melhoram a estrutura organizacional e os recursos humanos e tecnológicos do INE. Na sequência das recomendações da assistência técnica do FMI, o governo tem como objetivo melhorar a qualidade e a atualidade dos dados económicos.

38. **Iremos implementar o sistema geral de divulgação de dados (e-GDDS) para aumentar a transparência.** A participação nesta iniciativa irá contribuir para os nossos esforços tendo em vista a publicação, de forma atempada, dos principais dados macroeconómicos e financeiros, em linha com os indicadores comuns exigidos para efeitos de supervisão do FMI. Além disso, o e-GDDS irá contribuir para a melhoria da coordenação entre as agências e o desenvolvimento estatístico, contribuindo para a prossecução dos objetivos do programa.

I. Conceção, financiamento e acompanhamento do programa

39. **Compete ao Ministério das Finanças a responsabilidade última de acompanhamento e coordenação do programa.** Para assegurar uma implementação coordenada do programa, o Ministério das Finanças irá consultar as outras entidades públicas envolvidas na prossecução dos

objetivos do programa, a fim de acompanhar os progressos alcançados referentes às várias metas e reformas previstas. De igual modo, o Ministério das Finanças terá a responsabilidade de assegurar que a despesa pública respeita os limites do orçamento.

40. O programa será acompanhado pelo Conselho de Administração do FMI. Estará sujeito a avaliações trimestrais até junho de 2023 e, depois, a avaliações semestrais usando os critérios de desempenho semestrais (final de junho e final de dezembro), os critérios de desempenho contínuos para o final de janeiro de 2023, final de março de 2023, final de junho de 2023 e final de dezembro de 2023 e as metas indicativas para o final de dezembro de 2022 e final de setembro de 2023, conforme ilustrado na Tabela 1. Para acompanhar o progresso das reformas estruturais previamente descritas, serão utilizados os indicadores de referência estruturais apresentados na Tabela 2. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) apresenta as definições pormenorizadas e os requisitos de comunicação de informações para todos os critérios de desempenho e as metas indicativas. O MTE também define o âmbito e a frequência dos dados que deverão ser comunicados, para efeitos de acompanhamento do programa, e apresenta os pressupostos de base para algumas das avaliações de desempenho. As primeiras três avaliações terão lugar em ou após 17 de abril de 2023, 17 de julho de 2023 e 17 de outubro de 2023. Para tal, o governo tenciona:

- i. Abster-se de celebrar novos contratos de empréstimos externos em condições não concessionais, exceto para desembolsos do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, tal como referido no MTE ¶17;
- ii. Respeitar os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) relativos aos limites mínimos das receitas fiscais internas, do saldo orçamental primário interno e das despesas sociais e prioritárias, o limite máximo dos salários e ordenados e os limites máximos nulos relativos à nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo setor público (critério contínuo), aos novos atrasados externos (critério contínuo), aos novos atrasados internos e às despesas não titularizadas;
- iii. Preparar um plano de financiamento externo para facilitar a avaliação dos CDQ relativos à dívida externa;
- iv. Aceitar: 1) a não introdução ou intensificação de restrições à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes; 2) a não introdução ou modificação de práticas de taxas de câmbio múltiplas; 3) a não celebração de acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI; 4) nem a não introdução ou intensificação de restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos;
- v. Adotar quaisquer novas medidas financeiras ou estruturais que possam ser necessárias ao sucesso das suas políticas, em articulação com o FMI.

41. As necessidades de financiamento para 2023 estão totalmente supridas e o governo espera que o programa apoiado no âmbito do acordo ECF catalise fontes de financiamento complementares durante o resto do programa. Esperamos apoio orçamental adicional de outros parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento,

ao longo do período do programa.

42. O governo considera que as políticas especificadas no presente MPEF servem de base para sustentar o crescimento, reduzir a inflação e diminuir a pobreza, e está preparado para tomar quaisquer medidas complementares necessárias. Irá disponibilizar ao corpo técnico do FMI as informações necessárias para fins de avaliação do progresso da implementação do nosso programa, tal como especificado no MTE. De igual modo, o governo irá, por sua iniciativa ou mediante pedido de consulta por parte do FMI, auscultar o corpo técnico do FMI sobre eventuais medidas que possam revelar-se adequadas. O governo tenciona divulgar publicamente o presente MPEF e o MTE. Neste contexto, autoriza o FMI a publicar ambos os documentos no sítio Web do FMI, após a aprovação do Conselho de Administração.

43. Assim sendo, o governo solicita ao Conselho de Administração que aprove as políticas enunciadas no presente MPEF e o desembolso da segunda tranche do empréstimo, num montante de 2,37 milhões de DSE, do total de 28,4 milhões de DSE para o acordo de três anos.

Tabela 1. Critérios de Desempenho Quantitativos (CDQ) e Metas Indicativas (MI) ao abrigo do Acordo ECF, 2022-24
(acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2022						2023						2024	
	Dez.		Jan.		Mar.		Jun.		Set.		Dez.		Mar.	
	MI	Est.	Situação atual	CDQ	Est.	Situação atual	CDQ	Est.	Situação atual	CDQ	MI	CDQ	MI	CDQ
Total da receita fiscal interna (mínimo)	100,5	99,7	Não cumprido	5,4	6,6	Cumprido	21,4	53,8	87,1	113,7	24,3			
Salários e vencimentos (máximo)	65,5	66,3	Não cumprido	5,7	4,9	Cumprido	14,3	27,8	41,8	59,0	15,1			
Limite máximo da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (em milhões de USD) ^{1,2}	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Novos atrasados de pagamentos externos (em milhões de USD, máximo)	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Novos atrasados internos (máximo)	0,0	0,0	Cumprido	0,0	1,8	Não cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Despesas sociais e prioritárias (mínimo) ³	55,2	65,9	Cumprido	2,5	3,1	Cumprido	12,5	26,0	38,8	51,6	13,5			
Saldo primário interno (base de compromissos, mínimo) ⁴	-30,1	-34,2	Não cumprido	-4,3	-3,5	Cumprido	-10,8	-6,3	-5,7	-2,9	1,2			
Despesas não tituladas (DNT, máximo)	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	Cumprido	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			
Por memória:														
Novos empréstimos concessionais ⁵	20,7	20,3		7,0	1,9		11,7	18,7	21,0	23,4	10,3			

¹ Aplicáveis numa base contínua.

² O limite máximo será ajustado em alta pelo montante de financiamento do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do BOAD, em conformidade com o MTE.

³ Definidas como as despesas do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

⁵ Exclui desembolsos do FMI.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Introdução

1. **O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos (CDQ), metas indicativas (MI) e indicadores de referência estruturais (IRE) para o acordo apoiado no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como os respetivos requisitos de comunicação de informações. Salvo indicação em contrário, todas as metas quantitativas serão avaliadas em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
2. **Taxas de câmbio do programa¹.** Para efeitos do programa, os valores expressos em moeda estrangeira, referentes a 2022 e 2023, serão convertidos em moeda local (FCFA) com base nas taxas de câmbio do programa de, respetivamente, 622,4 FCFA e 611,4 USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2022 e 2023.

Critérios de Desempenho Quantitativos/Metas Indicativas

A. Total da receita fiscal interna

3. **Definição.** A receita fiscal inclui os impostos diretos e indiretos conforme apresentados na tabela de operações financeiras do governo central.

B. Massa salarial

4. **Definição.** Para efeitos de acompanhamento do programa, a massa salarial inclui i) as despesas de pessoal, como salários, benefícios, subsídios e gratificações dos funcionários; e ii) 50% das transferências para as embaixadas. Estas definições são aquelas que constam da tabela de operações financeiras do governo central.

C. Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central

5. **Definição de governo central.** Para efeitos do presente memorando, o governo central inclui a administração central da República da Guiné-Bissau, mas não inclui nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na tabela de operações financeiras do Estado (TOFE).
6. **Definição.** Todas as formas e maturidades de nova dívida, denominada em outra moeda que não o FCFA, contraída ou garantida pelo governo central e dívida, denominada em FCFA,

¹ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

contraída junto do BOAD. Para efeitos do programa, considera-se que uma dívida é contraída depois de cumpridas todas as condições para a sua entrada em vigor, incluindo a aprovação do Ministro das Finanças.² Para este efeito, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e outras dívidas expressas em FCFA, mas incluirá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o FCFA) detidas no país. Este CDQ não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre a Condicionalidade da Dívida Pública nos Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 16919-(20/103), adotadas em 28 de outubro de 2020, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se deste CDQ os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento ou para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este CDQ será aplicado continuamente. Para efeitos do programa, uma “dívida garantida” é uma promessa explícita por parte do setor público de pagar ou proceder ao serviço de uma obrigação de terceiros (que envolva pagamentos em dinheiro ou em espécie).

7. Fatores de ajustamento. O limite máximo relativo à nova dívida externa não concessional, contraída ou garantida pelo governo central, será ajustado para cima pelo financiamento não concessional dos seguintes projetos do Fundo de Desenvolvimento e Coesão do Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD), até aos montantes respetivamente mencionados:

- a. O estabelecimento do Fundo Nacional de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa;
- b. A construção do Hospital Geral de Bissau – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa;
- c. A construção de estradas urbanas na cidade de Bissau – até 10 mil milhões de FCFA acumulados durante o período do programa;³ desde que o limite máximo possa ser ajustado em alta até um montante máximo de 10 mil milhões de FCFA por ano.

8. Concessionalidade. Para efeitos do programa, uma dívida é concessional caso inclua um elemento de donativo de pelo menos 35% calculado da seguinte forma: o elemento de donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal, expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida, no momento da sua contração, é calculado descontando os fluxos futuros de pagamentos do serviço da dívida. No caso de dívidas com um elemento de donativo igual ou inferior a zero, o VA será definido como equivalente ao valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% estabelecida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. Para qualquer dívida com uma taxa de juro variável sob a forma de uma taxa de juro de referência acrescida de um *spread* fixo, o VA da dívida será calculado usando uma taxa de referência do programa acrescida do *spread* fixo (em pontos base) especificado no contrato de dívida. As taxas de referência do programa para a USD SOFR

² A contração de linhas de créditos (que entram em vigor através da sua utilização a qualquer altura) sem calendários de desembolso predefinidos ou com múltiplos desembolsos também será considerada contração de dívida.

³ Estes projetos foram incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2020–2023. Em consulta com os principais parceiros de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o BOAD, não foram encontradas alternativas de financiamento concessional para estes projetos.

(taxa de financiamento *overnight* garantida) a seis meses e a EURIBOR (taxa interbancária de oferta do euro) a seis meses são, respetivamente, 2,73% e 2,00%, e manter-se-ão fixas durante o período de vigência do programa. Quando a taxa variável está indexada a uma taxa de juro de referência que não a USD SOFR a seis meses e o EURIBOR a seis meses, será acrescentado um *spread* para refletir a diferença entre a taxa de juro de referência e a USD SOFR a seis meses.

9. Requisitos de comunicação de informações. O governo informará o corpo técnico do FMI sobre qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os respetivos termos, o mais tardar duas semanas após a contração ou garantia do mesmo.

D. Novos atrasados externos do governo central

10. Definição. Para efeitos desta meta quantitativa, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, se aplicáveis) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Os atrasados que não devem ser considerados como tal para efeitos da meta quantitativa, ou atrasados “fora do programa”, são definidos como: i) atrasados acumulados no serviço da dívida externa HIPC antiga para a qual existe um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou ii) os montantes objeto de litígio. Para efeitos deste CDQ, a definição de governo central consta do parágrafo 5 acima. Este CDQ será aplicado continuamente a partir da data de aprovação do acordo ECF.

E. Novos atrasados internos do governo central

11. Definição. Por atrasados internos entende-se as contas a pagar (*resto a pagar*) denominadas em FCFA acumuladas durante o ano e ainda não saldadas até três meses após o fim do mês, no caso de ordenados e salários (incluindo pensões) e até três meses após as datas de vencimento, no caso de bens, serviços e transferências. Os atrasados internos também incluem os pagamentos do serviço da dívida denominados em FCFA não realizados nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, caso existam) e que não tenham sido liquidados no prazo de 30 dias após as datas de vencimento, e contas a pagar, denominadas em outras moedas que não o FCFA, que permanecem não pagas três meses após as datas de vencimento. Para efeitos deste CDQ, a definição de governo central consta do parágrafo 5 acima.

F. Despesa social e prioritária

12. Definição. As despesas sociais e prioritárias incluem despesas do Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social.

G. Saldo primário interno (ótica de compromissos)

13. O défice orçamental primário interno numa ótica de compromissos é calculado como a diferença entre a receita pública e a despesa primária interna numa ótica de compromissos. A

receita pública inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa primária interna é a soma da despesa corrente e das despesas de capital com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros e todas as despesas de capital financiadas por empréstimos ou donativos para projetos. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja autorização tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado); e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

H. Despesas não titularizadas (DNT)

14. Definição. Qualquer gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

15. Requisitos de comunicação de informações. O governo irá comunicar as despesas não titularizadas continuamente no prazo de uma semana após a realização das mesmas.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Comunicação de Informações

Informação	Frequência	Prazo de reporte	Responsável
<i>Setor orçamental</i>			
Orçamento da Administração Central e respetiva execução	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE ¹ /MdF ²
Donativos	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Donativos orçamentais	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Donativos para projetos	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Créditos por liquidar	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Atrasados de juros	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Produto das obrigações emitidas no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o final do mês	DGPÉE/MdF
Despesa social e prioritária	Trimestral	30 dias após o final do trimestre	DGPÉE/MdF
Despesa não titulada	Quando ocorrer		DGPÉE/MdF
<i>Setor real e externo</i>			
Atualizações das contas nacionais anuais por setor	Anual	30 dias após a aprovação	INE ³ /MdF
Dados da balança de pagamentos	Anual	30 dias após a aprovação	BCEAO ⁴ /MdF
Dados da balança de pagamentos	Trimestral	45 dias após o final do trimestre	BCEAO/MdF
Informação desagregada sobre as exportações	Trimestral	45 dias após o final do trimestre	BCEAO/MdF
Informação desagregada sobre as importações	Trimestral	45 dias após o final do trimestre	INE/MdF
IPC mensal	Mensal	45 dias após o final do mês	INE/MdF
<i>Setor da dívida</i>			
Dívida externa e interna e dívida garantida pelo credor	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Desembolsos	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Amortizações mensais	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Pagamentos de juros	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Stock da dívida externa	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Stock da dívida interna	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Atrasados de juros e capital	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Financiamento interno excecional	Mensal	30 dias após o final do mês	Direção-Geral da Dívida Pública
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		Direção-Geral da Dívida Pública
<i>Setor monetário/financeiro</i>			
Balanço detalhado do Banco Central (BCEAO nacional)	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Balanços detalhados de cada banco	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Balanço consolidado detalhado dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Contas monetárias	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Posição líquida detalhada da Administração Central (PNG/PNT)	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Indicadores de solidez financeira	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Taxas de juro	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Taxas de depósito de todos os tipos de depósito nos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF
Taxas de juro de curto e longo prazo dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o final do mês	BCEAO/MdF

¹ Direção-Geral da Previsão e Estudos Económicos² Ministério das Finanças.³ Instituto Nacional de Estatística⁴ Banco Central dos Estados da África Ocidental.